

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



3.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 637

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Sessão de 2 de Maio de 2006)
pág. 1076 (18)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

Sessão de 2 de Maio de 2006

- *Voto de Pesar n.º 10/AML/2006* - Subscrito pelos Deputados Municipais na Assembleia Municipal:

O Presidente da Junta de Freguesia da Pena, Dr. Armando Luís Coelho da Silva, faleceu, no passado dia 25 de Abril, em consequência de agressões sofridas no pleno exercício das suas funções.

Militar reformado, antigo empresário na área do calçado, mestre em Economia e docente no ISCAL, o Dr. Armando Luís Coelho da Silva acabara de iniciar, há cerca de 7 meses, a sua primeira experiência autárquica, que para ele constituía uma nova forma de servir o interesse público.

Aqueles que o conheciam bem realçam o sentido de dever e de servir os outros que caracterizava o Dr. Armando Luís Coelho da Silva, bem como a forma empenhada como se dedicava às suas funções, a sua acessibilidade de trato, a sua proximidade aos seus Fregueses e o seu excelente relacionamento com todos aqueles que com ele trabalhavam.

A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 2 de Maio de 2006, delibera:

- 1 - Aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Pena, Dr. Armando Luís Coelho da Silva, e guardar um minuto de silêncio em sua memória;
- 2 - Apresentar as suas mais sentidas condolências e a sua forte solidariedade à família do Dr. Armando Luís Coelho da Silva, bem como à Freguesia da Pena;
- 3 - Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome de Armando Coelho da Silva à actual Rua do Saco, onde se situa a sede da Junta de Freguesia da Pena;
- 4 - Formular votos de completo restabelecimento dos três funcionários da Junta de Freguesia da Pena, igualmente vítimas daquelas agressões.

(Aprovado por unanimidade.)

- *Deliberação n.º 23/AM/2006* (Deliberação n.º 66/CM/2006):

Considerando que:

A Câmara Municipal de Lisboa, aprovou em 8 de Fevereiro de 2004, a Proposta n.º 47/CM/2004, para elaboração do Plano de Pormenor em Regime Simplificado - Projecto Urbano Parque Oriente, sancionando os respectivos termos de referência que fundamentam a sua oportunidade e fixam os seus objectivos;

Na sequência dessa deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, foi elaborada a proposta de Plano de Pormenor em Regime Simplificado - Projecto Urbano Parque Oriente, em anexo à presente proposta, a qual prevê as seguintes alterações ao Plano Director Municipal de Lisboa:

- Alteração da subclasse «Área Consolidada Industrial», que abrange parte da área de intervenção, para «Área de Reconversão Urbanística de Usos Mistos»;
- Alteração dos valores de superfície máximos para habitação e terciário de 60 % para 70 % e mínimos de 40 % para 30 %, incluindo não menos de 10 % da superfície total de construção para uso comercial;
- Introdução de um valor de referência para a altura total máxima a adoptar de 28 metros.

A solução urbanística preconizada pelo Plano, opta por criar um quarteirão aberto, o qual visa garantir a visibilidade e a acessibilidade da praça pública a criar no seu interior e que se espera transformar num pólo de atracção dominante para a zona Oriental da Cidade;

A proposta de regulamento de Plano em anexo, assegura a prossecução dos objectivos enunciados pelos termos de referência, introduzindo, a adopção de indicadores energético-ambientais, de carácter vinculativo para as operações urbanísticas a realizar dentro da área de intervenção, com vista a assegurar a melhoria das condições de salubridade e de conforto para os futuros utilizadores dos edificios, bem como a redução do impacto ambiental do meio construído, designadamente mediante recurso a energias renováveis ou energias não renováveis, mais eficientes e limpas;

Pelo mesmo regulamento, são definidos e quantificados os objectivos a nível do conforto ambiental (térmico, acústico e visual), qualidade de ar interior, necessidades energéticas, emissões de CO₂ para a atmosfera e consumo de água potável, optimizando o consumo energético e de água, resultando do cumprimento destes objectivos, um projecto de referência ambiental para a Cidade de Lisboa;

Pela presente proposta é também previsto um sistema de reciclagem das denominadas águas cinzentas e das águas pluviais, conducente à sua reutilização doméstica, na rega dos espaços verdes e nas lavagens;

Concluída a fase da elaboração da proposta de Plano, procedeu-se ao seu envio para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), que o submeteu à consulta das entidades com competências sobre a área de intervenção, de acordo com o disposto no artigo 75.º, n.º 7 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/03, de 10 de Dezembro (RJGT), designadamente:

- Metropolitano de Lisboa;
- Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil;
- EDP.

Todas as entidades consultadas nesta fase emitiram parecer favorável;

A CCDR-LVT comunicou em 2005/09/29, que se encontrava concluída a fase de acompanhamento, emitindo assim o parecer previsto no n.º 10 do artigo 75.º do RJGT;

A proposta de plano esteve sujeita a discussão pública entre 9 e 29 de Novembro (prazo legal de 15 dias úteis calculado a partir de 4 de Novembro, data da publicação de aviso em «Diário da República»), tendo estado disponível para consulta:

- Na Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais;
- No Centro de Informação Urbana de Lisboa (CIUL);
- No Gabinete de Relações Públicas da Direcção Municipal de Planeamento Urbano.

Durante o período de discussão pública foi apresentada uma sugestão;

Foram aceites a generalidade das considerações apresentadas nessa sugestão, com excepção do ponto relativo à eliminação da «Planta de Sobreposição das Demolições e das Novas Construções», mantendo-se a mesma integrada no conjunto de peças desenhadas do Plano;

Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 78.º do RJGT, e ainda do disposto no Despacho n.º 6600/2004, publicado na II Série do «Diário da República» de 1 de Abril de 2005, a CCDR-LVT emitiu parecer favorável sobre a versão final da proposta de plano;

De acordo com o artigo 79.º do RJGT, a versão final da proposta de Plano de Pormenor, será remetida à Assembleia Municipal, para a competente aprovação;

Posteriormente à aprovação pela Assembleia Municipal, o Plano de Pormenor, deve ser submetido a ratificação governamental, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 80.º do RJGT, atendendo às alterações ao Plano Director Municipal de Lisboa, acima identificadas.

Nestes termos, tenho a honra de propor ao plenário da Câmara Municipal de Lisboa que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, da alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibere o seguinte:

- a) Submeter à Assembleia Municipal a aprovação do Plano de Pormenor em Regime Simplificado - Projecto Urbano Parque Oriente, em anexo, nos termos do artigo 79.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/03, de 10 de Dezembro;
- b) Após a aprovação pela Assembleia Municipal, remeter o Plano de Pormenor em Regime Simplificado - Projecto Urbano Parque Oriente à CCDR-LVT, nos termos e para os efeitos previstos no Despacho n.º 6600/2004, publicado na II Série do «Diário da República» de 1 de Abril de 2005.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, 3 PS e CDS/PP) e votos contra (PS, PCP, Bloco de Esquerda e PEV).]

PLANO DE PORMENOR PROJECTO URBANO PARQUE ORIENTE

REGULAMENTO DO PLANO DE PORMENOR

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

(Âmbito territorial e objectivos)

1 - O presente Plano de Pormenor, adiante designado Plano, disciplina o uso, ocupação e transformação do solo na área de intervenção da Unidade Operativa 28 do Plano Director Municipal de Lisboa, doravante designado PDML, delimitada na planta de implantação com as seguintes confrontações:

- a) A norte, a Avenida de Pádua;
- b) A sul, terreno pertencente à Ipogest, S. A.;
- c) A poente, terreno pertencente à Unifarma, Ltd.ª;
- d) A nascente, Avenida Infante D. Henrique.

2 - O Plano tem como objectivos a reabilitação da área de intervenção e a adopção das melhores tecnologias disponíveis no âmbito da construção sustentável.

Artigo 2.º

(Conteúdo documental)

1 - O Plano de Pormenor é constituído pelos seguintes elementos:

- a) Regulamento e quadros anexos;
- b) Planta de Implantação à escala 1/500;
- c) Planta de Condicionantes à escala 1/500;

2 - O Plano de Pormenor é acompanhado pelos seguintes elementos:

- a) Relatório;
- b) Planta de Enquadramento à escala 1/5000;
- c) Planta de Classificação do Espaço Urbano no RPDM e Proposta de Alteração da Classificação do Espaço Urbano à escala 1/10 000;
- d) Planta de Componentes Ambientais à escala 1/10 000;
- e) Planta de Inventário do Património Municipal à escala 1/10 000;
- f) Planta da Situação Existente e do Cadastro à escala 1/500;
- g) Planta da Sobreposição das Demolições e das Novas Construções à escala 1/500;
- h) Planta de Modelação à escala 1/500;
- i) Planta de Áreas Afectas a Utilização Pública, Privada ou Colectiva - Piso 0 à escala 1/500;
- j) Planta de Áreas Afectas a Utilização Pública, Privada ou Colectiva - Cobertura à escala 1/500;
- l) Planta de Áreas Afectas a Utilização Pública, Privada ou Colectiva - Pisos -3, -2 e -1 à escala 1/500;

- m) Planta de Arranjos Exteriores à escala 1/500;
- n) Planta da Rede Viária e Circulação à escala 1/500;
- o) Planta das Redes de Infra-estruturas de Saneamento Básico e Drenagem de Águas Pluviais, à escala 1/500;
- p) Planta das Redes de Infra-estruturas Eléctricas - rede de média e baixa tensão, à escala 1/500;
- q) Planta das Redes de Infra-estruturas Eléctricas - instalações de iluminação pública, à escala 1/500;
- r) Planta das Redes de Infra-estruturas de Telecomunicações à escala 1/500;
- s) Cortes AA' e BB', à escala 1/500;
- t) Perfis dos Arruamentos - planta geral, cortes e pormenores, à escala 1/500;
- u) Programa de Execução e Plano de Financiamento;
- v) Relatório/planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas;
- x) Participações recebidas em sede de discussão pública e respectivo relatório de ponderação.

Nota: As plantas supramencionadas encontram-se arquivadas na DACM.

Artigo 3.º

(Definições e regras de interpretação)

1 - As definições específicas necessárias à aplicação do presente Regulamento são as seguintes:

- a) Índice de Utilização Bruto (IUB) - é a relação estabelecida no presente Plano entre a superfície máxima de pavimento permitida e a superfície total do solo. O IUB é dado pelo quociente entre a superfície de pavimento, excluídos os equipamentos colectivos, e a superfície de solo a que se aplica de acordo com a respectiva categoria de espaço;
- b) Superfície de pavimento (SP) - para os edifícios construídos ou a construir, quaisquer que sejam os fins a que se destinem, é a soma das superfícies brutas de todos os pisos (incluindo escadas e caixas de elevadores), acima e abaixo do solo, com exclusão de: terraços descobertos, garagens em cave; galerias exteriores públicas; arruamentos ou espaços livres de uso público cobertos por edificação; zonas de sótão não habitáveis; áreas técnicas acima ou abaixo do solo;
- c) Cércea - é a dimensão vertical da construção contada a partir do ponto da cota média do terreno no alinhamento da fachada até à linha superior do beirado ou platibanda ou guarda do terraço;
- d) Altura total - é a dimensão vertical da construção contada a partir do ponto da cota média do terreno no alinhamento da fachada até ao ponto mais alto da construção, à excepção de chaminés, antenas de televisão, pára-raios e similares;
- e) Equipamentos colectivos - são os equipamentos de promoção e propriedade pública ou classificados de interesse público que compreendem as instalações e locais destinados a actividades de formação, ensino e investigação e, nomeadamente, a saúde e higiene, segurança social e pública, cultura, lazer, educação física, desporto e abastecimento público;
- f) Espaços verdes e de utilização colectiva - são os espaços livres, entendidos como espaços exteriores, enquadrados na estrutura verde urbana, que se prestam a uma utilização menos condicionada, a comportamentos espontâneos e a uma estada descontraída por parte da população utente. Inclui, nomeadamente, jardins com exclusão dos logradouros privados em apartamentos unifamiliares;

- g) CFC e HCFC - são os gases nocivos para o ambiente, com potencial de depleção da camada de ozono (factor ODP > 0);
- h) Coeficiente de transmissão térmica - é uma quantificação do nível de isolamento térmico de determinado elemento construtivo, medido em Watt por metro quadrado grau centígrado (W/m2.º C);
- i) Conforto acústico - é o ambiente sonoro que se caracteriza por um nível sonoro contínuo equivalente abaixo de determinados valores e tem conteúdo informativo e simultaneamente é agradável ao auditor;
- j) Consumo de água primária - é a água potável consumida, medida em litros por pessoa por dia. Os valores meta orientadores são calculados seguindo a metodologia de avaliação disposta nos regulamentos aplicáveis, considerando as medidas específicas de redução de fluxo a implementar no projecto;
- l) Consumo de água secundária - é a água reciclada consumida, medida em litros por pessoa por dia;
- m) Contribuição solar activa (AGS) - é a componente de energia solar para o aquecimento das águas quentes de consumo doméstico, medida em percentagem do consumo global para o aquecimento da mesma água, correspondente à situação convencional sem um sistema solar térmico;
- n) Emissões de CO₂ - é valor em toneladas equivalente de CO₂ emitidas, correspondentes à energia primária consumida por m² e por ano, tendo em conta o mix energético nacional actual;
- o) Indicadores energético-ambientais - são parâmetros criados com o objectivo de salvaguardar as condições de salubridade e de conforto para os futuros utilizadores dos edifícios, bem como a redução do impacte ambiental do meio construído, intervindo na redução das necessidades energéticas e ambientais e na eficiência da oferta optando, nomeadamente, pela utilização preferencial de energias renováveis ou de energias não renováveis mais eficientes e limpas. Constituem indicadores energético-ambientais os valores referentes às necessidades energéticas anuais, contribuição solar activa, consumo de água primária e consumo de água secundária;
- p) Necessidades energéticas anuais - é a energia necessária para garantir as condições de conforto térmico, visual e de salubridade do ar expressa em termos da energia primária por m² de área bruta de construção, por ano;
- q) Polígono de implantação - é o perímetro que demarca, ao nível do solo, a área na qual pode ser implantado o edifício.

2 - O significado dos conceitos que não constem expressamente indicados no número anterior terá como referência as definições legais e regulamentares aplicáveis.

3 - A quantificação dos indicadores energético-ambientais é efectuada com recurso às metodologias de avaliação previstas nos regulamentos aplicáveis, considerando as medidas específicas a implementar no projecto, sendo aceites outros métodos de cálculo desde que com referências reconhecidas nacional ou internacionalmente.

Artigo 4.º

(Vinculação)

O Plano vincula todas as entidades públicas e ainda, directa e imediatamente, os particulares.

CAPÍTULO II

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública

Artigo 5.º

(Servidão administrativa)

1 - A área de intervenção do Plano localiza-se dentro da área de protecção do aeroporto de Lisboa, conforme assinalado na planta de condicionantes.

2 - A ocupação, o uso e a transformação do solo, na área abrangida pela servidão referida no número anterior, obedece ao disposto na legislação aplicável cumulativamente com as disposições do Plano que com ela sejam compatíveis.

CAPÍTULO III

Uso do Solo

Artigo 6.º

(Classificação e qualificação do solo)

1 - De acordo com o PDML a área de Intervenção do Plano é classificada como solo urbano e integra as seguintes categorias de uso do solo:

- a) Área consolidada industrial;
- b) Área de reconversão urbanística de usos mistos.

2 - A totalidade da área territorial de intervenção do Plano é integrada na categoria de área de reconversão urbanística de usos mistos.

Artigo 7.º

(Desenho urbano)

As orientações gerais relativas à ocupação edificada do solo, nomeadamente as indicações relativas aos alinhamentos, aos polígonos de implantação dos edifícios, a volumetria, áreas de utilização pública e circulação pedonal e cercas, são definidas na planta de implantação.

Artigo 8.º

(Parâmetros urbanísticos)

As operações urbanísticas estão sujeitas aos parâmetros urbanísticos definidos nos Quadros I e II anexos ao presente Regulamento.

Artigo 9.º

(Áreas para espaços verdes e de utilização colectiva e equipamentos)

1 - As áreas afectas a espaços públicos, a espaços verdes e de utilização colectiva e a equipamentos, encontram-se assinaladas na planta de implantação e na planta de arranjos exteriores que acompanham o presente Plano.

2 - O presente Plano determina a construção, como equipamentos colectivos:

- a) Centro para Construção Sustentável - equipamento de divulgação de informação na área da sustentabilidade - nos termos identificados na planta de implantação;
- b) Biblioteca Municipal - equipamento cultural - nos termos identificados na planta de implantação.

Artigo 10.º

(Infra-estruturas)

1 - Os traçados para as redes viária, eléctrica, de abastecimento de água, de saneamento básico, de distribuição de gás, de telecomunicações e de Tv-cabo serão realizados através de obras de urbanização no âmbito de operação de loteamento e respeitarão o que está definido nas plantas das redes de infra-estruturas que acompanham o Relatório do presente Plano.

2 - Os traçados a que se refere o número anterior são espaços canais nos quais são interditas quaisquer acções ou actividades que comprometam a execução das redes.

3 - O número de lugares de estacionamento é estabelecido nos termos do PDML e os lugares de estacionamento públicos resultantes são 416, dos quais 54 se encontram à superfície e 362 estão localizados abaixo do solo.

4 - O total dos lugares de estacionamento público localizados abaixo do solo serão concessionados a uma entidade privada pelo prazo de 30 anos, sendo as tarifas correspondentes fixadas pela Câmara Municipal de Lisboa.

5 - A afectação de lugares de estacionamento privado cumpre o PDML.

Artigo 11.º

(Servidões de uso e de passagem públicas)

1 - Sobre as áreas afectas a utilização de passagem públicas definidas nas Plantas de áreas afectas a utilização pública ou colectiva serão constituídas servidões perpétuas de passagem e de utilização pública viárias e pedonais, de acordo com a planta de implantação.

2 - São constituídas servidões de vistas nos lotes contíguos aos lotes 3 e 9.

CAPÍTULO IV

Condições Relativas às Demolições e às Novas Edificações

Artigo 12.º

(Demolições)

A execução do Plano implica a demolição de todas as edificações existentes, conforme consagrado na Planta de Implantação.

Artigo 13.º

(Configuração geral da edificação)

1 - Os polígonos de implantação dos edifícios a realizar estão assinalados na Planta de Implantação.

2 - Admitem-se ajustamentos e alterações pontuais nos alinhamentos dos edifícios estabelecidos na planta de Implantação, desde que respeitem a rede de circulação, estacionamento ou estadia de veículos e peões, e os demais espaços de utilização pública, e não obstruam a fruição dos sistemas de vistas dos lotes vizinhos.

3 - A execução do Plano implica a demolição e a reconstrução parcial da fachada existente na Avenida de Pádua, sendo deslocada nos termos assinalados na Planta de Implantação, com o objectivo de manter a memória industrial da zona, identificada na Planta de Implantação.

4 - São permitidos corpos balanceados desde que seja cumprida a Postura Municipal e demais regulamentos em vigor.

5 - Apenas é permitida a instalação de quiosques ou construções similares, com carácter de estruturas amovíveis e sujeitas a licenciamento ou autorização municipal, nas áreas indicadas na planta de arranjos exteriores.

6 - As caves utilizam no subsolo a totalidade da área dos lotes.

Artigo 14.º

(Indicadores relativos às cores e materiais a utilizar)

1 - A solução arquitectónica a adoptar nos edifícios a construir deverá privilegiar a adopção de uma diversidade de cores e texturas.

2 - As cores predominantes a utilizar são os brancos, os cinzas e os vermelhos e os materiais predominantes a utilizar nas fachadas são as superfícies termicamente isoladas pintadas, os painéis de pedra, de alumínio, o vidro e a madeira.

3 - A selecção de todos os materiais de construção terá presente:

- a) O grau de toxicidade dos materiais a utilizar não pode colocar em risco a saúde ou vida humana;
- b) O conteúdo energético utilizado para a sua produção, as carências energéticas para a sua operação e manutenção e para a sua transformação posterior à utilização efectiva, devendo optar-se pelos materiais que revelem um gasto energético mais reduzido.

CAPÍTULO V

Indicadores Relativos à Construção Sustentável

Artigo 15.º

(Indicadores energético-ambientais)

1 - A adopção de indicadores energético-ambientais tem por objectivo a melhoria das condições de salubridade e de conforto para os futuros utilizadores dos edifícios, bem como da redução do impacto ambiental do meio construído, intervindo na redução das necessidades energéticas e ambientais e na eficiência da oferta, optando, nomeadamente, pela utilização preferencial de energias renováveis ou de energias não renováveis mais eficientes e limpas.

2 - As operações urbanísticas de edificação a realizar dentro da área de intervenção estão sujeitas ao respeito dos indicadores energético-ambientais vinculativos definidos no Quadro III anexo ao presente Regulamento.

3 - A monitorização do desempenho energético-ambiental dos edifícios construídos na área de intervenção deve ser objecto de um programa concreto, especificando os parâmetros a medir e os respectivos métodos de medição, bem assim como o registo e a apresentação em tempo real dos indicadores de desempenho definidos no Quadro III. A comunicação dos dados resultantes da monitorização contínua será efectuada no Centro para a Construção Sustentável.

Artigo 16.º

(Técnicas de construção sustentável)

1 - O respeito pelos indicadores energético-ambientais definidos no presente Regulamento pode ser assegurado através da adopção das técnicas de construção sustentável constantes nos números seguintes, as quais não excluem a adopção de quaisquer outras que garantem os mesmos objectivos e que resultarem da evolução tecnológica e científica.

2 - Com vista a alcançar conforto térmico, qualidade do ar interior e eficiência energética inclusive a vertente solar activa, contribuindo para a redução das emissões de CO₂, deverá ser assegurado:

- a) A manutenção de um mínimo 30 m³ de ar por pessoa nas fracções destinadas a habitação;
- b) A utilização de isolamento térmico (material isento de CFC e de HCFC) aplicado pelo exterior da estrutura e de forma contínua, com a espessura adequada para garantir um coeficiente de transmissão térmico < 0,6 W/m².º C nas paredes exteriores e < 0,4 W/m².º C nas coberturas;
- c) A adopção de vidro duplo e dimensionamento correcto das áreas envidraçadas tendo em conta a orientação solar, definindo os seus sistemas de abertura de forma a possibilitar a ventilação adequada;
- d) A adopção de sistemas de sombreamento exterior adequados à orientação solar, fixos e manobráveis;
- e) A adopção de painéis solares térmicos para o aquecimento das águas quentes sanitárias nos edifícios de habitação;

- f) A adopção de paredes tipo Trombe nas fachadas dos edifícios de habitação orientados a sul;
- g) A adopção de sistemas de ventilação, de aquecimento e de arrefecimento eficientes e correctamente dimensionados com a potência necessária para garantir as exigências de conforto e de qualidade do ar interior;
- h) A adopção, sempre que viável, de sistemas de produção de energia e de calor à escala local.

3 - Com vista a alcançar os objectivos previstos no Plano relativamente ao consumo de água primária e secundária, deverá ser assegurada:

- a) A instalação e manutenção em funcionamento de um sistema de reciclagem das águas cinzentas e da chuva a reutilizar como água secundária, não potável nas cisternas das sanitas, nas máquinas de lavar, na rega e na lavagem de espaços exteriores;
- b) A utilização de redutores de fluxo nas torneiras.

4 - Com vista a alcançar conforto acústico, deverá ser assegurado:

- a) Um isolamento acústico adequado em fachadas e entre fracções autónomas;
- b) Medidas de condicionamento do ruído na envolvente urbana, de acordo com o Plano Municipal de Redução de Ruído a implementar nesta zona e de acordo a Análise Prospectiva das Condições de Exposição ao Ruído, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 17.º

(Poluição sonora)

1 - A área de intervenção do Plano é classificada, de acordo com a legislação sobre a poluição sonora, como zona mista.

2 - A área de intervenção e a área envolvente serão objecto de um Plano Municipal de Redução de Ruído a implementar nesta zona de acordo a Análise Prospectiva das Condições de Exposição ao Ruído, nos termos da legislação aplicável.

3 - O plano de Redução de Ruído deverá contemplar os seguintes aspectos:

- a) A implementação dos meios próprios de limitação de velocidade de circulação para 50 km/hora no eixo da Avenida Infante D. Henrique;
- b) A implementação dos meios próprios de limitação de velocidade de circulação para 30 km/hora no eixo da Avenida de Pádua;
- c) A interdição do tráfego de pesados no período nocturno na Avenida de Pádua;
- d) Revestimento da Avenida Infante D. Henrique (inclui o troço em túnel e os acessos laterais) e Avenida de Pádua com piso betuminoso modificado com borracha reciclada ao longo de 435 m e 220 m respectivamente, centrados na área de intervenção do Plano.

4 - A implementação a médio e a longo prazo das medidas de redução de ruído definidas no Plano Municipal de Redução do Ruído.

CAPÍTULO VI

Execução do Plano

Artigo 18.º

(Sistema de execução)

1 - Será adoptado o sistema de compensação como sistema de execução do Plano, nos termos definidos no Plano de Financiamento e no Programa de Execução do presente Plano, que prevê a cedência de:

- Espaços públicos;
- Área a integrar no domínio público do Município ao abrigo do Protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa, Parque Expo'98 e Fábricas Barros, datado de 30 de Dezembro de 1996;
- Equipamentos;
- Áreas de servidão de passagem pública perpétuas.

2 - A execução do Plano será precedida da celebração de contrato de urbanização no âmbito de uma operação de loteamento, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 19.º

(Cedências e compensações)

Nas operações de loteamento sempre que, embora exigido pelo PDM, não haja lugar a cedências de parcelas de terrenos ao domínio público municipal para implantação de espaços verdes públicos, equipamento de utilização colectiva e infra-estruturas, ou no caso de existir insuficiência de cedência de áreas para esse fim, a compensação será feita em espécie.

Artigo 20.º

(Taxa para Reforço das Infra-estruturas Urbanas)

A Taxa para Reforço das Infra-estruturas Urbanas (TRIUI) tem como objectivo garantir à Câmara os recursos financeiros decorrentes de novas urbanizações. Nas construções inerentes a este Plano, verifica-se uma economia na utilização dos sistemas de infra-estruturas, nomeadamente um sistema autónomo de reciclagem de águas e contenção de águas pluviais em situações de cheias. Por se considerar que esta iniciativa é inovadora e benéfica para a evolução de qualidade de construção na cidade, será aplicável uma redução simbólica de 10 % na referida Taxa, para além do que está definido no respectivo Regulamento Municipal.

Artigo 21.º

(Perequação)

A unititularidade da propriedade da área territorial de intervenção do Plano assegura a distribuição perequativa dos benefícios e encargos decorrentes do presente instrumento de gestão territorial pelo que não é adoptado qualquer mecanismo de perequação.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais

Artigo 22.º

(Alterações ao PDML)

O Plano procede às seguintes alterações ao PDML:

- a) Alteração da subclasse «área consolidada industrial», que abrange parte da área de intervenção, para «área de reconversão urbanística de usos mistos»;
- b) Alteração dos valores de superfície de pavimento máximo e mínimo, não podendo a superfície de pavimento para uso comercial ser inferior a 10 % da superfície total de pavimento, no que se refere aos usos habitacional e terciário:
 - (i) Uso Habitacional: de variável entre 40 % e 60 % para variável entre 30 % e 70 %;
 - (ii) Uso Terciário: de variável entre 40 % e 60 % para variável entre 30 % e 70 %.

Artigo 23.º

(Casos omissos)

A integração dos casos omissos no presente Regulamento é efectuada através do Relatório, do PDML e da legislação aplicáveis.

Artigo 24.º

(Entrada em vigor)

O presente Plano de Pormenor entra em vigor no dia imedia-tamente seguinte ao da sua publicação no «Diário da República».

Quadro I

PARÂMETROS URBANÍSTICOS	Valores
Uso Comercial, Terceário e Indústria Compatível (não podendo a superfície comercial de pavimento ser inferior a 10% da superfície total de pavimento)	$\geq 30\% \leq 70\%$
Uso Habitacional	$\geq 30\% \leq 70\%$
Densidade Populacional (DPB)	≤ 800 hab/ha
Densidade Habitacional (DHB)	≤ 120 fogos/ha
Número de Pisos Acima do Solo	≤ 9
Cércea	≤ 25 m
Altura Total	28m
Índice de Utilização Bruto (IUB)	$\leq 2,0$

Quadro III

INDICADORES ENERGÉTICO-AMBIENTAIS	
Uso Habitacional	
Necessidades Energéticas Anuais	<20 Kgep/m ² ano
Contribuição Solar Activa (AQS)	$> 70\%$
Consumo de Água Primária	80 l/ pessoa dia
Consumo de Água Secundária	70 l/ pessoa dia
Uso Terciário	
Necessidades Energéticas Anuais	<30 Kgep/m ² ano
Consumo de Água Primária	18 l/ pessoa dia
Consumo de Água Secundária	12 l/ pessoa dia
Uso Comercial	
Necessidades Energéticas Anuais	<30 Kgep/m ² ano
Consumo de Água Primária	12 l/ pessoa dia
Consumo de Água Secundária	8 l/ pessoa dia

Referência das Alterações Efectuadas ao Relatório do Plano de Pormenor Projecto Urbano Parque Oriente

Designação: Projecto Urbano Parque Oriente - Plano de Pormenor em Modalidade Simplificada

Volume 2 - 2.ª Parte - 2.1 página 1 - foram alterados os valores correspondentes à Área de Intervenção e à Superfície Loteável.

Volume 2 - 4.ª Parte - 4.4 página 17 - foram retiradas as metas de desempenho energético-ambiental para o uso Health-Club, visto ter sido retirado do projecto.

Volume 2 - 5.ª Parte - 5.2 página 3 - foram alterados os valores correspondentes Área Bruta de Construção Acima do Solo e à Área Global do Terreno da Fábrica Barros.

Volume 3 - Anexo 2 - ficha de objectivos por tipologia de edifício - não havendo lugar ao Health-Club foi retirada a ficha correspondente à Categoria/Usos: Health-Club.

Plano de Financiamento e Programa de Execução

1 - Introdução

Este documento constitui um elemento de acompanhamento do Plano de Pormenor - Projecto Urbano Parque Oriente (adiante designado por Plano), de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

O documento divide-se em três partes:

- Plano de Financiamento - discriminando os investimentos e os benefícios das diversas actividades;
- Atribuição dos Investimentos - atribuindo os investimentos às entidades que os financiam;
- Cronograma de Execução - cronograma com as diversas actividades.

2 - Plano de Financiamento

O investimento preconizado no Plano de Pormenor do Parque Oriente (PP), está distribuído em dois grandes Capítulos:

- Investimento da Câmara Municipal de Lisboa (CML): os quais correspondem a investimentos suportados pela CML;
- Investimentos do Promotor Privado: os quais correspondem a investimentos suportados pelo Promotor;
- Investimentos de Outras Entidades: os quais correspondem a investimentos suportados por outras entidades públicas ou privados, ie Metroplitano de Lisboa;

Dentro de cada um destes Capítulos, as diversas acções de investimento foram agrupadas nas seguintes actividades:

- I - Construção de edifícios.
- II - Rede Viária, Passeios, Arruamentos e Acessos a equipamentos existente.
- III - Estacionamento.
- IV - Zonas Verdes e de Lazer.
- V - Equipamentos.

Os benefícios das diversas actividades foram agrupados nas seguintes rubricas:

- I - Estimativa do valor total das vendas da urbanização/ /benefício do promotor;
- II - Cedências totais devidas e o valor das compensações devidas;
- III - TRIU a pagar pelo promotor à CML.

3 - Atribuição dos Investimentos

Como fontes de financiamento consideraram-se dois conjuntos de origens financeiras:

- Câmara Municipal de Lisboa (CML);
- Promotor Privado;
- Outros.

O investimento global para o Plano de Pormenor de Parque Oriente atinge os 77 204 236 euros (setenta e sete milhões duzentos e quatro mil duzentos e trinta e seis euros), cabendo a cada uma das origens de financiamento acima citadas as seguintes responsabilidades:

- Câmara Municipal de Lisboa (CML): 2 124 442 euros (1) que corresponde a 2,75 %;
- Promotor Privado: 74 500 794 euros que corresponde a 96,50 %;
- Outros: 579 000 euros que corresponde a 0,75 %.

4 - Sistema de Execução

Uma vez que a concretização do Plano será levada a cabo pelo sistema de compensação, de acordo com o artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 380/99, a iniciativa de execução do Plano é dos particulares que ficam encarregues de realizar as obras de infra-estruturas acima mencionadas, observando-se o que, a este respeito, é estabelecido no Regulamento do Plano.

Os direitos e obrigações dos participantes serão definidos por contrato de urbanização.

5 - Cronograma de Execução

Dado que o financiamento das obras de reconstrução, remodelação ou reforço de infra-estruturas a realizar na zona de intervenção do Plano será realizado essencialmente na ocasião da realização das operações de loteamento e das respectivas obras de urbanização, o cronograma de execução do Plano (em anexo) será em grande medida o resultado das fases de desenvolvimento propostas pelos particulares.

Nota (1): O valor de atribuição dos Investimentos da CML é contabilizado separadamente, para efectuar um encontro de contas com os investimentos do Promotor, que são efectuados em equipamentos públicos e com benefícios ambientais.

VOLUME 5 - PLANO DE PORMENOR PROJECTO URBANO PARQUE ORIENTE

4.2 MAPA DOS INVESTIMENTOS

ATRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

ITEM	Área de Construção	Área	Valor de Construção Por m2	Total do Valor do Investimento	Atribuição dos Investimentos da CML	Atribuição dos Investimentos do Promotor	Atribuição dos Investimentos de Outros
I	Construção de Edifícios						
	Demolições de Edifícios Existentes	22.500	33	750.000		750.000	
	Infraestruturas Ambiental (Sistema de Reciclagem das Águas Cinzentas)	19.678	30	590.340		590.340	
	Habitação	27.912	610	17.026.320		17.026.320	
	Serviços	8.460	410	3.468.600		3.468.600	
	Comércio	5.160	410	2.115.600		2.115.600	
	Total			23.950.860 €	0 €	23.950.860 €	0 €
II	Rede Viária, Passeios, Arruamentos e Acessos a equipamentos existentes						
	Rede Viária (Abastimento Água, Drenagem, Rede Tele & Elect, Trabalhos Acessórios)	2.246	148	331.297	82.824	248.473	
	Passeios	2.466	100	246.605	61.651	184.954	
	Tratamento Acústico dos Arruamentos	8.224	14	115.133	57.567	57.567	
	Acessos a equipamentos existentes (Escada de Acesso ao Metro)	386	1.500	579.000			579.000
	Total			1.272.035 €	202.042 €	490.993 €	579.000 €
III	Estacionamento						
	Estacionamento Público	10.654	350	3.729.030		3.729.030	
	Estacionamento Público à Superfície	757	100	75.735	0	75.735	
	Estacionamento - Privado	23.080	350	8.077.948		8.077.948	
	Total	34.492		11.882.712 €	0 €	11.882.712 €	0 €
IV	Zonas Verdes e de Lazer						
	Praça	2.870	150	430.500	0	430.500	
	Árvores Existentes	708	150	106.200	0	106.200	
	Espaço Privado de Uso Público	1.678	150	251.700		251.700	
	Jardim Privado de Utilização Colectiva	3.484	250	871.000		871.000	
	Total			1.659.400 €	0 €	1.659.400 €	0 €
V	Equipamentos						
	Biblioteca Incorporando o Centro de Construção Sustentável	2.136	900	1.922.400	1.922.400		
	Total	2.136		1.922.400 €	1.922.400 €	0 €	0 €
VI	Outros (Terreno, IMT, Projecto, taxas e Licenças, Escrituras, Registos e Notários, Fiscalização, Comercialização, Marketing e Publicidade, IVA, Gestão, Imprevistos e Outros e Gastos Financeiros)			36.516.829 €	Ver Nota 1.	36.516.829 €	
Total				77.204.236 €	2.124.442 €	74.500.794 €	579.000 €
				100,00%	2,75%	96,50%	0,75%

Nota 1: O valor de atribuição dos Investimentos da CML é contabilizado separadamente, para efectuar um encontro de contas com os Investimentos do Promotor, que são efectuados em equipamentos públicos e com benefícios ambientais.

- *Deliberação n.º 24/AM/2006* (Deliberação n.º 113/CM/2006):

Considerando a necessidade de proceder à concepção e implementação do modelo de centralização da gestão de aprovisionamentos de bens móveis e serviços para o Município de Lisboa, foi deliberado pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Assembleia Municipal, em 3 e 23 de Abril de 2004, respectivamente, autorizar o «concurso público internacional para a execução de trabalhos de concepção, de acordo com o estipulado nos artigos 164.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho»;

Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, em reunião de 30 de Junho de 2004, através da Proposta n.º 458/2004, aprovou o relatório final do concurso supramencionado, e homologou a deliberação final do júri, determinando como primeiro classificado a Deloitte & Touche Quality Firm, S. A;

Considerando que nessa mesma reunião, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou, igualmente, dar continuidade ao «processo conducente à adjudicação, por ajuste directo, ao abrigo do disposto no artigo 86.º, n.º 1, alínea h) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, da prestação de serviços de desenvolvimento e implementação do modelo de gestão centralizada de aprovisionamentos de bens móveis e serviços»;

Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, em reunião de 30 de Setembro de 2005, através da Proposta n.º 652/2005, aprovou, por unanimidade, adjudicar pelo preço de 2 470 000 euros, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, à Deloitte & Touche Quality Firm - Serviços Profissionais de Auditoria e Consultoria, S. A., a prestação de serviços para o desenvolvimento e implementação do modelo de gestão centralizada de aprovisionamento de bens móveis e serviços, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

Considerando que nessa mesma data, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou, igualmente, através da Proposta n.º 652/2005, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a repartição de encargos expressamente indicada à época;

Considerando que a Proposta n.º 652/2005 não foi submetida àquele órgão deliberativo, no que concerne à repartição de encargos, dado o final do período do mandato dos órgãos autárquicos;

Considerando que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, quando haja lugar à celebração de contrato escrito, a respectiva minuta é aprovada, após o acto de adjudicação, ou em simultâneo com este, pela entidade competente para autorizar a despesa;

Considerando que a minuta do contrato de prestação de serviços para concepção, desenvolvimento e implementação do modelo de gestão centralizada de aprovisionamentos de bens móveis e serviços para o Município de Lisboa, não foi simultaneamente aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa com o acto de adjudicação supramencionado;

Considerando que a despesa consequente, não obstante dar lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, dada a sua natureza de despesa corrente, em termos de classificação económica das despesas públicas;

Considerando que carecem de autorização da Assembleia Municipal, as despesas com aquisição de bens e serviços que dêem lugar a encargos em ano económico diferente que não o da sua realização e cuja plurianualidade não esteja prevista em Plano Plurianual de Investimentos, e ultrapassem o montante de 99 759 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contracção, nos termos do Regulamento do Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa em vigor;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- 1 - Aprovar a minuta do contrato de prestação de serviços para concepção, desenvolvimento e implementação do modelo de gestão centralizada de aprovisionamentos de bens móveis e serviços para o Município de Lisboa, ora anexa, nos termos e para os efeitos previstos do disposto no n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- 2 - Submeter a aprovação da Assembleia Municipal a seguinte repartição de encargos:

Ano 2006: Valor (s/IVA) - 1 287 000 euros; Valor (IVA incluído) - 1 557 270 euros.

Ano 2007: Valor (s/IVA) - 1 183 000 euros; Valor (IVA incluído) - 1 431 430 euros.

Total: Valor (s/IVA) - 2 470 000 euros; Valor (IVA incluído) - 2 988 700 euros.

A verba a despendar em 2006, tem cabimento na Rubrica 02.00/02.02.14 do Orçamento em vigor e na acção do Plano Anual de Actividades com o Código 15/01/A103.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP e PEV) e abstenções (PS).]

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONCEPÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO CENTRALIZADA DE APROVISIONAMENTOS DE BENS MÓVEIS E SERVIÇOS PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA

Entre:

Primeiro - Município de Lisboa, representado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-presidente, Dr. Carlos Miguel Gomes Fernandes Fontão de Carvalho, casado, natural de ... freguesia de ..., com domicílio profissional no Campo Grande, 15 a 29, de harmonia com a subdelegação de poderes conferida pelo Despacho número .../P/..., publicado no *Boletim Municipal* n.º ..., de ..., e adiante designado por Primeiro Outorgante.

Segunda - Deloitte & Touche Quality Firm - Serviços Profissionais de Auditoria e Consultoria, S.A., pessoa colectiva n.º 502310090, com sede em Edifício Átrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1, 7.º - 1050-094 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1.295, com o capital social de 500 000 euros, representada no acto por Paulo Jorge Vargem Salgado, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, e adiante designada por Segunda Outorgante.

É celebrado o presente Contrato de prestação de serviços, adjudicado por ajuste directo, nos termos das disposições conjugadas nos artigos 164.º e 86.º, n.º 1, alínea h) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, no âmbito do Concurso Público Internacional para execução de «Trabalho de concepção do modelo de gestão centralizada de aprovisionamentos de bens móveis e serviços para o Município de Lisboa», cuja aprovação foi deliberada pela Câmara Municipal de Lisboa, em 30 de Setembro de 2005, e aprovada a respectiva minuta em 2006/.../..., por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, e o qual se rege pelos termos e condições constantes das cláusulas seguintes e legislação aplicável:

Cláusula 1.ª

Objecto do Contrato

O presente Contrato tem por objecto a concepção, desenvolvimento e implementação do modelo de gestão centralizada de aprovisionamentos de bens móveis e serviços para o Município de Lisboa, nos termos constantes do Caderno de Encargos, do projecto e da proposta da Segunda Outorgante, e dos documentos ora anexos, que fazem parte integrante do presente Contrato.

Cláusula 2.ª

Local da prestação dos serviços

Os serviços objecto do presente Contrato serão prestados nas instalações dos diversos serviços da Câmara Municipal de Lisboa.

Cláusula 3.ª

Prazo de prestação dos serviços

A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente Contrato deverá ser integralmente executada no prazo de 18 meses, após a assinatura do presente Contrato.

Cláusula 4.ª

Honorários e condições de pagamento

1 - O encargo máximo total é de 2 470 000 euros (dois milhões quatrocentos e setenta mil euros), correspondente ao valor dos honorários previstos para a prestação de serviços objecto do presente Contrato, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o qual corresponde a 518 700 euros (quinhentos e dezoito mil e setecentos euros), à taxa legal em vigor.

2 - O valor total indicado no número anterior é composto por uma componente fixa de 2 223 000 euros (dois milhões duzentos e vinte e três mil euros) e por uma componente variável de 247 000 euros (duzentos e quarenta e sete mil euros), esta última indexada à avaliação do sucesso dos produtos e serviços fornecidos e subdividida em duas parcelas:

- a) Parcela de 123 500 euros, indexada ao sucesso da primeira vaga;
- b) Parcela de 123 500 euros, indexada ao sucesso da segunda vaga.

3 - A componente fixa será paga nos seguintes termos:

- a) 1 pagamento de 234 000 euros, com a entrega e aprovação do plano de execução dos trabalhos;
- b) 17 pagamentos mensais de 117 000 euros, no final de cada um dos dezassete primeiros meses de projecto.

4 - A componente variável será sujeita a uma avaliação do projecto, por parte do Primeiro Outorgante, a efectuar de acordo com a poupança, medida pela redução do valor global da despesa do Primeiro Outorgante para as categorias consideradas no âmbito de cada vaga de implementação.

5 - A identificação do alvo a atingir relativamente ao indicador referido no número anterior, será feita através de uma actualização do estudo de diagnóstico preliminar, conforme apresentado na proposta de prestação de serviços.

6 - A avaliação do sucesso do projecto na primeira vaga, indexada a um montante variável de 123 500 euros, dependerá dos resultados obtidos pela medição do indicador poupança, no final do décimo segundo mês de projecto. Caso se atinja 50 % da poupança máxima estimada no diagnóstico preliminar actualizado, este indicador terá o valor máximo de 100 %. Caso o montante da poupança seja inferior, o valor deste indicador reduzir-se-á proporcionalmente.

7 - O pagamento do montante referido no número anterior será efectuado até vinte dias após a apresentação da respectiva factura por parte da Segunda Outorgante.

8 - A avaliação do sucesso do projecto na segunda vaga, indexada a um montante variável de 123 500 euros, dependerá dos resultados obtidos pela medição do indicador poupança, no final do décimo oitavo mês de projecto. Caso se atinja 50 % da poupança máxima estimada no diagnóstico preliminar actualizado, este indicador terá o valor máximo de 100 %. Caso o montante da poupança seja inferior, o valor deste indicador reduzir-se-á proporcionalmente.

9 - O pagamento do montante referido no número anterior será efectuado até vinte dias após a apresentação da respectiva factura por parte da Segunda Outorgante.

Cláusula 5.ª

Representantes dos Outorgantes na execução do Contrato

1 - O Primeiro Outorgante é representado pelo Ex.º Senhor Vereador do Pelouro das Finanças da Câmara Municipal de Lisboa, e a Segunda Outorgante é representada pelo Ex.º Senhor Dr. Filipe Rebelo Pinto Simões de Almeida, na qualidade de Partner.

2 - Os representantes referidos no número anterior são os responsáveis de projecto de cada Parte e os elementos de contacto durante a vigência do presente Contrato, sem prejuízo de indicação dos demais elementos, de cada Parte, integrantes das Comissões a constituir no âmbito do presente projecto.

3 - São da exclusiva responsabilidade da Segunda Outorgante as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução do projecto, a garantia da sua aptidão profissional, a sua disciplina e os danos que possam provocar, desde que lhos possam ser atribuíveis, no âmbito da execução do presente Contrato.

4 - No prazo de dez dias após a celebração do presente Contrato, a Segunda Outorgante apresentará ao Primeiro Outorgante o plano de execução dos trabalhos para debate e aprovação, observando na sua elaboração a metodologia geral fixada no Caderno de Encargos, e no projecto seleccionado no âmbito do Concurso Público Internacional para execução de trabalho de concepção do modelo de gestão centralizada de aprovisionamentos de bens móveis e serviços para o Município de Lisboa.

5 - As Outorgantes podem, em qualquer momento, por motivo justificado, propor alterações ao plano de execução dos trabalhos ou apresentar outro para substituir o vigente, caso não venha a representar prejuízos aos objectivos previstos no Caderno de Encargos.

Cláusula 6.^a

Âmbito da prestação de serviços

1 - Nos termos descritos no projecto, na proposta e nos documentos ora anexos, que fazem parte integrante do presente Contrato, a prestação de serviços a fornecer para implementação do «Modelo de gestão centralizada de aprovisionamento de bens móveis e serviços para o Município de Lisboa», será entregue em duas vagas.

2 - A primeira vaga será realizada até ao décimo segundo mês do Contrato, e a segunda vaga realizada até ao décimo oitavo mês.

Cláusula 7.^a

Obrigações do Primeiro Outorgante

São obrigações do Primeiro Outorgante para com a Segunda Outorgante:

- a) Executar nos prazos acordados as suas responsabilidades e confirmar que os pressupostos do projecto são correctos e adequados;
- b) Proporcionar à Segunda Outorgante informação fiável, correcta, actualizada e completa, conforme solicitado pela Segunda Outorgante;
- c) Decidir dentro dos prazos acordados e promover as aprovações necessárias das entidades competentes;
- d) Disponibilizar instalações ao pessoal da Segunda Outorgante, bem como os recursos e materiais acordados.

Cláusula 8.^a

Obrigações da Segunda Outorgante

1 - A Segunda Outorgante assume plena responsabilidade pelos serviços contratados, sendo o único responsável perante o Primeiro Outorgante.

2 - Quaisquer pessoas que, no âmbito do Contrato, exerçam funções por conta da Segunda Outorgante são, para todos os efeitos, consideradas como órgãos ou agentes da mesma, respondendo esta por todos os seus actos, sem prejuízo da responsabilidade que, directamente, o Primeiro Outorgante possa exigir-lhes.

Cláusula 9.^a

Documentação

1 - A Segunda Outorgante entregará ao Primeiro Outorgante os manuais técnicos e do utilizador, bem como toda a documentação elaborada ao longo do projecto, nos termos previstos no projecto e na proposta de prestação de serviços, que faz parte integrante do presente Contrato.

2 - Os manuais e documentação referidos no número anterior serão entregues em suporte electrónico, obrigatoriamente em língua portuguesa.

3 - O Primeiro Outorgante poderá, para seu uso exclusivo, proceder à reprodução de todos os documentos referidos no número um da presente cláusula.

Cláusula 10.^a

Testes de aceitação

1 - A adequação dos produtos e serviços finais fornecidos face aos requisitos estabelecidos e à documentação técnica facultada será aferida através da realização de testes.

2 - O plano de testes de aceitação provisória deverá ser entregue, para aprovação pelo Primeiro Outorgante, no máximo até dez dias antes da disponibilização do produto para testes de aceitação provisória.

3 - Os testes de aceitação provisória serão efectuados no prazo de dez dias a contar da data de disponibilização do produto para o efeito.

4 - Se os testes não forem executados no tempo e com os resultados estabelecidos, por razões exclusivamente imputáveis à Segunda Outorgante, o Primeiro Outorgante pode:

- a) Exigir a realização de serviços necessários à conclusão dos testes de aceitação, num prazo de vinte dias;
- b) Aceitar e utilizar determinados componentes dos produtos e serviços fornecidos mediante o pagamento de um preço inferior, a acordar entre as Partes;
- c) Rescindir o Contrato sem quaisquer ónus ou encargos da sua responsabilidade, sem prejuízo do pagamento dos montantes, fixos e variável, devidos até ao momento.

Cláusula 11.^a

Aceitação provisória

1 - A aceitação provisória ocorrerá quando se verificar que, em função dos testes realizados, os produtos e serviços finais estão em conformidade com os requisitos exigidos.

2 - Decorridos cinco dias da realização dos testes de aceitação, será lavrado um auto de aceitação provisória, onde ficará registada a data da aceitação dos mesmos, bem como a ocorrência de eventuais falhas ou deficiências constatadas na execução da prestação de serviços.

3 - O auto de aceitação será enviado à Segunda Outorgante no prazo de cinco dias a contar da data da aceitação.

Cláusula 12.^a

Aceitação definitiva

1 - A aceitação definitiva terá lugar quando se verificarem, cumulativamente, as seguintes circunstâncias:

- a) Tenha decorrido um mês a contar da data da aceitação provisória;
- b) O funcionamento regular do produto, em condições normais de exploração, ainda que pontualmente possam subsistir erros não impeditivos dessa utilização, os quais serão corrigidos no âmbito da garantia.

2 - A aceitação definitiva será notificada por escrito à Segunda Outorgante no máximo até cinco dias após a sua verificação.

3 - No decorrer do prazo referido na alínea a) do número um da presente cláusula, o Primeiro Outorgante notificará, em tempo útil, a Segunda Outorgante de qualquer não conformidade dos resultados do trabalho com os requisitos ou especificações («Não Conformidade»), e a Segunda Outorgante disporá de tempo razoável para corrigir a não conformidade verificada, em função da gravidade e da complexidade desta.

4 - Os resultados do trabalho serão para todos os efeitos considerados aceites, se o Primeiro Outorgante não cumprir o dever de notificar a Segunda Outorgante de qualquer não conformidade.

Cláusula 13.^a

Cessão da posição contratual

A Segunda Outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente Contrato, sem autorização expressa do Primeiro Outorgante.

Cláusula 14.^a

Penalidades

1 - No caso de incumprimento dos prazos fixados no presente Contrato por causa imputável exclusivamente à Segunda Outorgante, poderá ser aplicada uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = V \cdot A / 540$. Em que P corresponde ao montante da penalidade, V ao valor do Contrato e A ao número de dias de atraso.

2 - O valor das penalidades é descontado no pagamento devido.

3 - O Primeiro Outorgante, se constituir em mora, por incumprimento dos prazos estipulados na Cláusula Quarta do presente Contrato, suportará os encargos resultantes dos juros de mora, à taxa legal em vigor.

Cláusula 15.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1 - Nenhuma das Partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos colectivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no presente Contrato.

2 - A Parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra Parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 16.^a

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

1 - Para garantir o exacto e pontual cumprimento das suas obrigações, a Segunda Outorgante prestou uma caução no valor de 123 500 euros (cento e vinte e três mil e quinhentos euros), correspondente a 5% do montante total da prestação de serviços, com exclusão do IVA.

2 - O Primeiro Outorgante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de incumprimento das obrigações contratuais pela Segunda Outorgante.

3 - No prazo de trinta dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante, o Primeiro Outorgante promove a liberação da caução a que se refere o número um da presente cláusula.

4 - A demora na liberação da caução confere à Segunda Outorgante o direito de exigir ao Primeiro Outorgante juros sobre a importância da caução, calculados sobre o tempo decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo referido no número anterior, nas condições a estabelecer por portaria do Ministro das Finanças.

Cláusula 17.^a

Garantia

1 - A Segunda Outorgante garantirá, sem qualquer encargo para o Primeiro Outorgante, serviços fornecidos, pelo prazo de 24 meses a contar da data de aceitação definitiva.

2 - O prazo de garantia referido no número anterior conta-se a partir da data de aceitação dos produtos e serviços nos termos da Cláusula Décima Segunda do presente Contrato.

3 - Em caso de defeito detectado no objecto da prestação de serviços, a Segunda Outorgante compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento de honorários devidos se comprovadamente o defeito resultar de facto não imputável à Segunda Outorgante.

4 - São excluídos da garantia eventuais defeitos detectados no produto resultantes de erros de funcionamento do software SAP standard.

5 - São excluídos da garantia todos os defeitos que comprovadamente resultarem de utilização contrária às respectivas instruções de operação, de uma utilização abusiva ou de negligência do Primeiro Outorgante, bem como todos os defeitos resultantes de fraude, acção de terceiros, de caso fortuito ou de força maior e ainda caso algum terceiro tenha sido autorizado a utilizar, modificar, interferir ou efectuar manutenção do software utilizado no âmbito deste Contrato.

6 - A Segunda Outorgante não garante nem será responsável pelos produtos e serviços de terceiros.

Cláusula 18.^a

Suspensão dos trabalhos

1 - Em caso de incumprimento temporário pelo Primeiro Outorgante das obrigações previstas na Cláusula Sétima do presente Contrato, pode a Segunda Outorgante suspender a prestação de serviços.

2 - No caso previsto no número anterior suspende-se a contagem dos prazos para a prestação de serviços.

Cláusula 19.^a

Rescisão do Contrato

1 - O incumprimento definitivo, por uma das Partes, dos deveres resultantes do Contrato confere à outra Parte, nos termos gerais de Direito, a faculdade de rescindir o Contrato e exigir as correspondentes indemnizações legais, sem prejuízo do disposto na Cláusula Vigésima do presente Contrato.

2 - Para efeitos do disposto no número um da presente cláusula, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços por período superior a 44 dias, desde que esse atraso comprometa o objecto do Contrato e salvo outro prazo que venha a ser acordado entre as Partes.

3 - A rescisão será comunicada à outra Parte mediante carta registada com aviso de recepção no prazo de cinco dias.

Cláusula 20.^a

Limitação e exclusão de responsabilidade

1 - As Partes serão responsáveis por todos os prejuízos e danos de natureza patrimonial e não patrimonial, incluindo morte e lesão corporal, causados, directa ou indirectamente, e imputáveis à sua conduta dolosa ou negligente ou dos seus empregados, colaboradores e/ou agentes, e que resultem de violação das obrigações contratuais ou que estejam de algum modo relacionados com a execução deste Contrato.

2 - A Segunda Outorgante será responsável por todos os prejuízos e danos de natureza patrimonial causados, directa ou indirectamente, e imputáveis à conduta dolosa ou negligente dos seus empregados, colaboradores e/ou agentes, em bens, equipamentos e instalações do Primeiro Outorgante e que resultem de violação das obrigações contratuais ou que estejam de algum modo relacionados com a execução deste Contrato.

3 - Sem prejuízo do estipulado nos números anteriores, a todas as questões relativas a responsabilidade aplicar-se-ão as regras gerais de direito e dentro dos limites admitidos pela lei portuguesa, não podendo o montante total das indemnizações a pagar pela Segunda Outorgante exceder o valor dos honorários a receber pelos serviços por conta do presente Contrato, deduzido do valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

4 - São da responsabilidade da Segunda Outorgante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de obras protegidas por direito de autor, marcas registadas, patentes ou licenças, bem como todas as despesas e quantias despendidas na execução da prestação.

5 - Exceptuam-se do número anterior os encargos com o licenciamento e manutenção dos produtos a disponibilizar pelo Primeiro Outorgante nos seus equipamentos.

6 - O Primeiro Outorgante será o único responsável por tomar todas as decisões de gestão, de implementação, bem como qualquer acção futura respeitante aos serviços prestados no âmbito do presente Contrato.

Cláusula 21.^a

Confidencialidade

1 - Todas as informações relativas a elementos constantes dos trabalhos referidos na Cláusula Sexta do presente Contrato ou relacionadas com a actividade do Primeiro Outorgante, que sejam fornecidas à Segunda Outorgante ou a quaisquer seus empregados ou colaboradores, serão, salvo indicação em contrário, consideradas confidenciais, não podendo ser divulgadas, usadas para fins diferentes daqueles a que se destinam ou cedidas a terceiros.

2 - Todas as informações prestadas no âmbito do Contrato pela Segunda Outorgante ao Primeiro Outorgante ou a quaisquer seus empregados ou colaboradores e designadas como confidenciais, não poderão ser divulgadas, usadas para fins diferentes daqueles a que se destinam ou cedidas a terceiros.

3 - Em relação à informação comunicada no âmbito do Contrato e designada como confidencial pela Parte que a revela, o receptor compromete-se a:

- a) Proteger a informação confidencial de modo adequado ou de acordo com os standards profissionais aplicáveis;
- b) Usar a informação confidencial unicamente para realizar as suas obrigações no âmbito do Contrato;
- c) Reproduzir a informação confidencial unicamente na medida necessária para realizar as suas obrigações no âmbito do Contrato.

4 - O disposto nesta cláusula não se aplicará a informação do domínio público, previamente conhecida pelo receptor, revelada a uma terceira entidade sem qualquer restrição, desenvolvida ou protegida independentemente pelo receptor ou revelada por imposições legais.

5 - Em conformidade com o disposto anteriormente, a Segunda Outorgante poderá comunicar a informação do Primeiro Outorgante aos membros da organização da Segunda Outorgante.

Cláusula 22.^a

Propriedade intelectual e direitos de autor

1 - A titularidade do direito de autor relativo aos produtos e serviços fornecidos pertence à Segunda Outorgante.

2 - Com o pagamento integral dos honorários acordados, o Primeiro Outorgante, adquirirá, para fins internos, uma licença permanente e intransferível, para utilizar, reproduzir e distribuir internamente, com a faculdade de modificar para si os produtos e serviços fornecidos pela Segunda Outorgante no âmbito do presente Contrato.

3 - O Primeiro Outorgante poderá revelar a terceiros e citar publicamente a Segunda Outorgante com referência aos produtos e serviços fornecidos, desde que obtenha o seu consentimento prévio, por escrito.

Cláusula 23.^a

Pessoal

1 - A Segunda Outorgante poderá alterar o seu pessoal afecto à prestação dos serviços, dando conhecimento prévio ao Primeiro Outorgante, desde que, tratando-se de substituição, se mantenha o perfil de competência.

2 - Durante a vigência do presente Contrato e pelo período de doze meses a partir da finalização ou cessação do mesmo, nenhuma das Partes empregará, nem tentará fazê-lo, directa ou indirectamente, pessoal da outra Parte que tenha participado na prestação dos serviços.

Cláusula 24.^a

Outros encargos

São da conta da Segunda Outorgante as despesas e encargos inerentes à celebração do Contrato, à prestação da caução, bem como, sendo o caso, os emolumentos que forem devidos em processo de fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 5.º, n.º 1, alínea b) e 6.º, n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de Maio.

Cláusula 25.^a

Litígios

1 - Os Outorgantes comprometem-se a tentar, primeiro, resolver internamente qualquer diferendo, disputa ou possível incumprimento, reportando aos níveis de direcção das respectivas organizações, e a usar procedimentos alternativos de resolução de conflitos, antes de recorrer aos meios contenciosos.

2 - Para todas as questões emergentes do presente Contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa.

Cláusula 26.^a

Prevalência

1 - Fazem parte integrante do presente Contrato o Caderno de Encargos, o Programa de Concurso e a Proposta da Segunda Outorgante e os documentos ora anexos.

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente Contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e o Programa de Concurso e em último lugar o Projecto e a Proposta da Segunda Outorgante, bem como os documentos ora anexos.

Cláusula 27.^a

Contagem dos prazos

Os prazos estabelecidos no presente Contrato, fixados em dias, contam-se nos termos do n.º 1 do artigo 72.º do Código de Procedimento Administrativo.

Cláusula 28.^a

Disposições finais

1 - Nenhuma das Partes utilizará o nome da outra, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio, sem o seu consentimento escrito e prévio. A Segunda Outorgante poderá, no entanto, fazer referência pública ou listar o nome do Primeiro Outorgante e/ou descrever em termos gerais os serviços. O Primeiro Outorgante aceita também que, após aviso prévio razoável da Segunda Outorgante, providenciará referências adequadas em relação à Segunda Outorgante.

2 - Quaisquer pessoas que, no âmbito do Contrato, exerçam funções por conta da Segunda Outorgante são, para todos os efeitos, consideradas como órgãos ou agentes da mesma, respondendo esta por todos os actos, sem prejuízos de responsabilidade que, directamente, o Primeiro Outorgante possa exigir.

3 - As comunicações a realizar no âmbito do presente Contrato, serão enviadas por carta registada, com aviso de recepção, para os endereços indicados no número quatro da presente cláusula, nos seguintes casos:

- a) Testes de aceitação, aceitação provisória e definitiva, previstas nas Cláusulas Décima a Décima Segunda do presente Contrato;
- b) Suspensão dos trabalhos, ao abrigo da Cláusula Décima Oitava do presente Contrato;
- c) Rescisão do Contrato, estatuída na Cláusula Décima Nona do presente Contrato;
- d) Todas as autorizações por parte do Primeiro Outorgante que se mostrem necessárias para a execução do presente Contrato.

4 - Para efeitos do número anterior, o Primeiro Outorgante indica como endereço o edifício sito no Campo Grande, 25, 2.º (bloco E) - 1749-099 Lisboa, e a Segunda Outorgante o Edifício Átrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1, 7.º - 1050-094 Lisboa.

5 - Só serão admitidas quaisquer alterações ao presente Contrato por acordo expresse das Partes, que constituem aditamento ao mesmo.

6 - A ilegalidade ou ineficácia de qualquer disposição não afecta a validade e eficácia das restantes disposições deste Contrato.

7 - As obrigações e direitos das Partes que, pela sua natureza, não se esgotam com a prestação dos serviços, permanecerão em vigor e vinculam as Partes nos seus precisos termos, mesmo após a cessação deste Contrato.

8 - As comunicações não abrangidas pela previsão do número três da presente cláusula, poder-se-ão efectuar de qualquer forma idónea, designadamente via Internet e-mail, sem prejuízo do disposto nos números nove a onze da presente cláusula.

9 - Considerando que nenhuma das Partes tem o controlo do desempenho, segurança, disponibilidade, acessibilidade e conformidade do Internet e-mail, não incorrem estas em responsabilidade por qualquer perda, dano, despesa, lesão ou inconveniente resultante da perda, dano, intercepção, usurpação, violação ou modificação de qualquer Internet e-mail devido a qualquer razão fora do controlo.

10 - Em tudo o que for omissa aplicar-se-á a legislação e regulamentação nacional e comunitária em vigor.

11 - A Segunda Outorgante não assume qualquer responsabilidade pelo desempenho, fiabilidade, disponibilidade ou segurança na Internet ou de sistemas do Primeiro Outorgante ou de terceiros, ou de hardware, que não estejam englobados no âmbito dos serviços e actividades a desenvolver no presente projecto. Excepto nos casos em que ambas as Partes acordem por escrito o contrário, o Primeiro Outorgante assume a responsabilidade de garantir a segurança da sua rede e de qualquer sistema relacionado com a mesma, incluindo a segurança, privacidade e confidencialidade de qualquer dado, propriedade intelectual e outras informações do Primeiro Outorgante ou de terceiros.

12 - No acesso e processamento pela Segunda Outorgante às bases de dados, propriedade e disponibilizadas pelo Primeiro Outorgante, ficam as Partes obrigadas ao cumprimento integral das normas vigentes sobre a Protecção de Dados, atentas as especificidades da presente prestação de serviços.

13 - O presente Contrato entra em vigor na data da sua assinatura.

O presente Contrato é feito em duplicado, ambos com valor de original, que assinados por ambas as Contraentes fazem igual fé e destinam-se a cada uma delas.

- *Deliberação n.º 25/AM/2006* (Deliberação n.º 117/CM/2006):

Considerando que:

A Cidade de Lisboa irá acolher a Cow Parade - Lisboa 2006;

A realização deste evento em Lisboa representará uma oportunidade única para promover a Cidade, a sua cultura e património, enquanto cidade ilustrativa de modernidade e contemporaneidade, constituindo mais um marco importante nesta Cidade eleita como mais um centro de grandes eventos internacionais;

O Município, reconhecendo que este evento, pela visibilidade e reconhecimento nacional e internacional que encerra, constituirá uma mais-valia para a Cidade de Lisboa, considera ser de interesse público o apoio à respectiva organização, por forma a garantir o seu sucesso nacional e internacional;

A realização deste evento implica a utilização do espaço público onde irão ser expostas as obras (reprodução de bovinos em fibra de vidro, tamanho real, pintados e decorados), e como tal são devidas as respectivas taxas municipais nos termos do respectivo Regulamento Municipal;

De acordo com a alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º e artigo 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, constitui competência da CML apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, designadamente de carácter social, cultural, recreativa e desportiva;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

1 - Autorizar a celebração do Protocolo entre o Município de Lisboa e a Energy Splash - Produção de Eventos, Ltd.ª, destinado a dar apoio ao evento designado «Cow Parade - Lisboa 2006», cuja minuta se anexa, e se dá aqui por integralmente reproduzido;

2 - Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea c) do artigo 16.º e artigo 19.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, para aprovação por este órgão deliberativo, e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 28 de Setembro, a isenção do pagamento das Taxas para as Licenças Municipais respectivas e relativas à efectiva realização, na Cidade de Lisboa, do Cow Parade - Lisboa 2006.

(Aprovada por unanimidade.)

Protocolo

Entre:

O Município de Lisboa, pessoa colectiva n.º 500051070, com sede na Praça do Município, em Lisboa, neste acto representado pelo Senhor Vereador António Prôa, adiante designado por CML,

e

Energy Splash - Produção de Eventos, Ltd.ª, com sede na Rua Mouzinho da Silveira, 27, 1.º-A - 1250-166 Lisboa, pessoa colectiva n.º 506941060, neste acto representada pelo Sócio Gerente, Senhor José António de Jesus Cardoso, adiante designada por ES.

E considerando que:

- A) A ES dedica-se à organização de eventos, tendo na lista dos eventos por si organizados, o Estoril Open 04, a UEFA Cup e o Mundo Mix;
- B) A ES detém a exclusividade da apresentação em Portugal do evento de arte pública designado Cow Parade, que decorrerá em Lisboa durante 2006;
- C) A Cow Parade é um movimento internacional que esteve presente em cidades de todo o mundo como Zurique, Praga, Barcelona, Bruxelas, Nova Iorque, Chicago, Estocolmo, Tokyo e São Paulo;
- D) A Cow Parade - Lisboa 2006 será uma exposição aberta para todo o público de uma manada de bovinos em fibra de vidro e em tamanho real que será pintada e decorada por artistas locais, contribuindo para a promoção das artes plásticas e para o incentivo a artistas;
- E) As vacas apuradas pelo júri da Cow Parade serão leiloadas após a exposição, e a receita resultante da venda reverterá para a APAV - Apoio à Vítima, Associação ACAPO, Liga dos Bombeiros Portugueses, Associação CAIS e Chapatô;
- F) A Cow Parade - Lisboa 2006 representará uma oportunidade única para promover a cidade de Lisboa, a sua cultura e património, enquanto cidade ilustrativa de modernidade e contemporaneidade, constituindo mais um marco importante nesta Cidade eleita como mais um centro de grandes eventos internacionais;
- G) A Cow Parade - Lisboa 2006 tem entre os seus principais objectivos a promoção e divulgação do nome e da imagem da cidade de Lisboa e de Portugal na Europa e no Mundo;
- H) A CML, reconhecendo que este evento contribuirá para a promoção e incentivo à fruição de alguns espaços públicos ocupados pelo evento, considera ser de interesse público o apoio à respectiva organização, por forma a garantir o seu sucesso nacional e internacional;

l) De acordo com a alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, constitui competência da CML apoiar ou participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, designadamente de carácter social, cultural, recreativa e desportiva.

É celebrado o presente Protocolo que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objecto)

O presente Protocolo define as formas de colaboração entre a CML e a ES, com vista à realização da Cow Parade - Lisboa 2006, que irá decorrer de 15 de Maio a 31 de Agosto.

Cláusula Segunda

(Obrigações da CML)

Pelo presente Protocolo a CML obriga-se a:

- a) Submeter a deliberação da Assembleia Municipal a isenção do pagamento das taxas resultantes das licenças municipais requeridas pela ES e necessárias à realização do evento;
- b) Apoiar logisticamente com a cedência de materiais de ornamentação, nomeadamente mesas, cadeiras e vasos de plantas, em número a acordar com a CML, e de acordo com a disponibilidade da CML;
- c) Disponibilizar um camião com grua com condutor, para colocação das bases das vacas;
- d) Disponibilizar um dispositivo publicitário localizado na Praça de Espanha para divulgação do evento, desde a data da assinatura do presente Protocolo até ao início da exposição;
- e) Cedência de material promocional, designadamente mastros e bandeiras de acordo com a disponibilidade da CML;
- f) Disponibilizar contentores de lixo e papeleiras em número a acordar com a CML, e de acordo com a disponibilidade desta;
- g) Garantir a divulgação do evento nos meios de comunicação sob a disponibilidade da CML e/ou nas oportunidades de comunicação que venham a verificar-se, com respeito pelas regras da respectiva utilização.

Cláusula Terceira

(Obrigações da ES)

Por sua vez, a ES assegurará:

- a) A cedência de 6 (seis) obras (vacas em tamanho real), destinadas a serem decoradas pela CML, ou por outras entidades que esta indicar;
- b) Que a CML, como apoiante institucional do evento, estará presente em todas as publicações oficiais, através da aposição do respectivo logo em toda a comunicação escrita paga pela ES;

- c) Proceder, com toda a sua capacidade e conhecimento, à divulgação, com a maior amplitude possível, da cidade de Lisboa e do próprio evento;
- d) A presença de um representante da CML no júri da Cow Parade Lisboa;
- e) Solicitar junto da CML todas as licenças, em tempo útil, bem como fazer prova do licenciamento das actividades que estejam dependentes de organismos externos;
- f) Apresentar termos de responsabilidade que atestem a segurança das estruturas e equipamentos montados (vacas e respectivas bases), que sejam da sua responsabilidade;
- g) Contratar seguro de responsabilidade civil;
- h) Manter em bom estado de conservação os materiais de ornamentação cedidos pela CML e referidos na Cláusula Segunda, zelando pela sua utilização cívica.

Cláusula Quarta

A ES compromete-se a submeter à prévia aprovação da CML todos os materiais e meios promocionais do evento em que surja qualquer referência à CML e/ou a Lisboa.

Cláusula Quinta

O presente Protocolo terá a duração que resultar do período de tempo necessário à montagem, realização e desmontagem do evento, e vigorará apenas para a realização do evento Cow Parade - Lisboa 2006.

Cláusula Sexta

Será de imediato constituído um Grupo de Trabalho formado por representantes dos diversos serviços da CML a envolver na preparação do evento e por representantes da ES, coordenado pela CML, tendo como missão assegurar a concretização dos compromissos constantes do presente Protocolo.

- Deliberação n.º 26/AM/2006 (Deliberação n.º 125/CM/2006);

Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão de 2005

Considerando as competências da Câmara em matéria de aprovação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas;

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere:

- 1 - Aprovar, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2005;
- 2 - Submeter, nos termos previstos na alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os referidos documentos à apreciação da Assembleia Municipal.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e CDS/PP), votos contra (PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (PS).]

Nota: O Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras de 2005 encontram-se arquivados na DACM.

- *Deliberação n.º 27/AM/2006* (Deliberação n.º 126/CM/2006):

Considerando que:

- A) A reabilitação de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística foi considerada um imperativo nacional que impõe uma intervenção do Estado, no sentido de acabar com a degradação das condições de habitabilidade, salubridade, estética e segurança;
- B) O Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio, criou um regime jurídico excepcional, com a finalidade de reabilitar as zonas históricas e áreas críticas de recuperação e de reconversão urbanística, nos termos do qual foi concedida aos Municípios a possibilidade de constituírem Sociedades de Reabilitação Urbana;
- C) O Município aprovou, através da Deliberação n.º 309/CM/2004, ratificada pela Deliberação n.º 64/AM/2004 e ao abrigo desta legislação, a criação da Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M., na qual detém a totalidade do capital social;
- D) O Decreto n.º 9/2005, de 23 de Março, declarou a actual Zona de Intervenção da Empresa como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística, declarando também a competência e responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa em promover as acções e processos para a sua recuperação e reconversão urbanística;
- E) A Lisboa Ocidental tem como objecto social promover a reabilitação urbana da sua Zona de Intervenção nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio;
- F) O Decreto-Lei em referência define reabilitação urbana como «... o processo de transformação do solo urbanizado, compreendendo a execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, demolição e conservação de edifícios, tal como definidas no regime jurídico da urbanização e da edificação, com o objectivo de melhorar as suas condições de uso, conservando o seu carácter fundamental, bem como o conjunto de operações urbanísticas e de loteamento e obras de urbanização que visem a recuperação de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.»;
- G) Na Zona de Intervenção da Lisboa Ocidental existem terrenos, edifícios e fracções, em diversos estados de conservação, que são propriedade do Município;
- H) A reabilitação destes imóveis é importante para a operação de reabilitação da Zona de Intervenção da Lisboa Ocidental, não apenas pela reabilitação dos imóveis em si, mas também pelo efeito catalizador e dinamizador da requalificação das áreas envolventes;
- I) Existindo uma empresa municipal com o objecto social da reabilitação urbana desta Zona, faz todo o sentido e é do interesse do Município que a reabilitação destes imóveis municipais seja efectuada pela Lisboa Ocidental, sendo necessário, para este efeito, definir e aprovar as regras para a sua valorização;
- J) As regras de valorização dos imóveis a transmitir pelo Município para a Lisboa Ocidental, devem atender ao valor económico gerado por cada imóvel e estabelecer a forma de o repartir entre o Município e a Empresa;
- K) De acordo com o artigo 28.º dos Estatutos da Lisboa Ocidental, concluída a reabilitação urbana da Zona de Intervenção, a empresa será extinta, revertendo os seus bens para a Câmara Municipal de Lisboa;

L) A alínea l) do artigo 16.º da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, estabelece que as Câmaras Municipais exercem, em relação às Empresas Públicas Municipais, os poderes que lhes são conferidos pela lei ou pelos Estatutos;

M) Nos termos da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do Município.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, nos termos da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º e da disposição da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as «Regras de valorização de imóveis a transmitir pelo Município de Lisboa para a Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M.», em anexo e que fazem parte integrante da presente Proposta.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD e PS), votos contra (PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e abstenções (CDS/PP).]

Regras de valorização de imóveis a transmitir pelo Município de Lisboa à Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M.

1 - As transmissões de imóveis municipais para a Lisboa Ocidental, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, E. M. (doravante Lisboa Ocidental) serão valorizadas com base nos princípios e regras a seguir indicados.

2 - Como princípio geral, o valor dos bens imóveis a transmitir pelo Município de Lisboa, será fixado tendo em conta o seu valor comercial final, correspondendo, contudo, aquando da transmissão à Lisboa Ocidental, ao resultado de uma previsão do respectivo preço de venda final.

3 - Os imóveis a transmitir pelo Município de Lisboa à Lisboa Ocidental serão valorizados, aquando da sua transmissão, por um preço provisório de referência apurado nos termos seguintes:

- a) Tratando-se de área de terreno, de acordo com as regras de avaliação fixadas no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), nunca inferior, porém, a 100 euros (cem euros) por m² de terreno;
- b) Tratando-se de área construída, 50 % do valor que resultar da aplicação das referidas regras do CIMI.

4 - O preço provisório unitário indicado no número anterior será actualizado nos termos legalmente previstos.

5 - Os preços provisórios dos imóveis, obtidos de acordo com o número 3, serão corrigidos para valores (*finais*) definitivos, aquando da sua alienação pela Lisboa Ocidental.

6-A correcção mencionada no número anterior, que corresponde à valorização final dos imóveis para acerto de contas com o Município de Lisboa, será obtida da seguinte forma:

- a) Quando se trate de terrenos, 80 % da receita bruta total proveniente da sua comercialização, no caso de serem alienados sem construção, ou 25 % da receita bruta total proveniente da comercialização das áreas de construção que neles tenham sido executadas;
- b) Quando se trate de edifícios inteiramente recuperados ou construídos de novo, 80% do valor que resultar da aplicação das regras de avaliação previstas no CIMI, ou, no caso de meras alterações que não impliquem alteração dos coeficientes de vetustez, 80% da receita bruta total proveniente da comercialização dos respectivos imóveis.

7 - Aos preços provisórios de transmissão dos imóveis serão acrescidos os custos directos e indirectos suportados pela Lisboa Ocidental para a sua valorização e viabilização comercial imobiliária, como acontece, nomeadamente, com estudos, projectos e infra-estruturas, bem como com realojamentos e indemnizações eventualmente necessários à sua desocupação.

8 - (As «mais-valias» correspondentes à actividade da Lisboa Ocidental serão distribuídas de acordo com os respectivos Estatutos) O valor definitivo a pagar à Câmara corresponderá à diferença entre os preços finais apurados de acordo com o n.º 6 e os preços provisórios apurados de acordo com os n.ºs 3 e 7.

9 - Os preços provisórios serão debitados pelo Município à Lisboa Ocidental aquando da transmissão dos imóveis.

10 - O pagamento dos preços provisórios e o acerto de contas relativamente aos valores definitivos apurados nos termos dos números 3 a 6, terá lugar até ao final do primeiro trimestre do ano seguinte ao da respectiva comercialização. Para este efeito, a Lisboa Ocidental fundamentará e facultará ao Município os elementos e documentos necessários à contabilização e liquidação dos valores em causa.

11 - Sempre que existam circunstâncias excepcionais que o justifiquem, a Câmara e a Lisboa Ocidental poderão acordar preços e formas de liquidação diferentes dos que agora se estabelecem.

- Deliberação n.º 28/AM/2006 (Deliberação n.º 130/CM/2006):

Considerando que:

- A prevenção constitui um dos aspectos mais relevantes da Segurança Rodoviária que importa reforçar na política de mobilidade do Município de Lisboa e merece particular atenção no âmbito do Plano Lisboa Capital da Segurança Rodoviária 2006;
- A Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP) é uma instituição de referência nacional na área da Segurança Rodoviária, especialmente no domínio da prevenção dos acidentes rodoviários e na redução das suas consequências;
- A PRP desenvolve desde 1965 uma reconhecida actuação no âmbito da educação e da sensibilização e, ainda, da formação, em especial, de técnicos ligados à construção, sinalização e conservação de vias;

- Na prossecução dos seus objectivos a PRP desenvolve, entre outras, as seguintes actividades: promove acções de desenvolvimento da educação rodoviária; colige, sistematiza e analisa os dados referentes ao trânsito rodoviário, nos múltiplos aspectos sociais que o determinam e condicionam, e diligência para que sejam criadas condições que permitam a obtenção de novos elementos de informação com vista a facultar um conhecimento tão próximo da realidade quanto possível; elabora programas de segurança rodoviária, atendendo aos vários níveis em que se insere e aos vários aspectos de que se reveste; elabora estudos específicos, quer por iniciativa própria, quer por solicitação de outrem, sob os diversos aspectos do trânsito rodoviário, especialmente aqueles que assumem maior importância para a segurança; promove a preparação, aperfeiçoamento e actualização de técnicos de segurança rodoviária, através de cursos e seminários; concebe, executa e colabora na execução de acções tendentes a evitar acidentes rodoviários e a reduzir a gravidade das suas consequências, nomeadamente no âmbito da formação e informação dos utentes do ordenamento do trânsito e da promoção da melhoria das condições de segurança da infra-estrutura, dos equipamentos e dos veículos; concebe, planifica e realiza campanhas de informação e de divulgação, nomeadamente para peões e condutores, de recomendações e alertas para comportamentos específicos na estrada;

- Actualmente a PRP é uma Associação privada, sem fins lucrativos, reconhecida como instituição de utilidade pública, e possui a sua sede em Lisboa;

- Entre os seus associados colectivos se contam já diversos Municípios;

- Os associados colectivos da PRP beneficiam dos seguintes direitos: utilizar os serviços da PRP; frequentar as suas instalações; receber as publicações, gratuitamente ou a preço especial; solicitar pareceres técnicos sobre medidas e acções de segurança rodoviária que pretendam implementar; solicitar elementos sobre segurança rodoviária; propor que a Associação estabeleça acordos para a realização de campanhas de segurança rodoviária, de intercâmbio de serviços ou de informações; confiar à Associação a elaboração de estudos relacionados com o trânsito e segurança rodoviária; dispor de condições especiais no pagamento de serviços a serem prestados pela PRP; usar a menção «Associado da PRP» e o logótipo da Associação em campanhas de comunicação e imagem; eleger e ser eleito para os órgãos sociais; ser convidado como patrocinador em acções com a PRP; promover reuniões nas instalações da Associação, destinadas ao tratamento de questões ligadas ao sector profissional em que actua e com reflexos na segurança rodoviária, sob a égide e com o apoio de técnicos dos serviços da PRP; ser consultado com carácter de prioridade em termos de parceria em acções desenvolvidas pela PRP.

Assim, tenho a honra de propor que a Câmara delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 53.º, n.º 2, alínea m) e 64.º, n.º 7, alínea d) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, aprovar a adesão do Município de Lisboa à Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP), com efeitos desde 24 de Fevereiro de 2006, como associado Colectivo A, nos termos dos Estatutos que se juntam em anexo, e liquidar a correspondente quota anual.

A despesa, no valor de 3750 euros, tem cabimento orçamental na Rubrica Económica 06.02.03.03 do Capítulo Orgânico 12.02 do Orçamento em vigor.

[Aprovada por maioria, com votos a favor (PPD/PSD, CDS/PP, PCP e PEV) e abstenções (PS e Bloco de Esquerda).]

ESTATUTOS DA PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA (aprovados em 2006/02/09)

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E OBJECTO

Artigo 1.º

Da denominação e natureza

A Prevenção Rodoviária Portuguesa, adiante designada simplesmente por Associação ou, abreviadamente por PRP, é uma Associação privada sem fins lucrativos, de duração indeterminada e reconhecida pelo Governo como instituição de utilidade pública.

Artigo 2.º

Da sede

A PRP tem a sua sede em Lisboa, podendo estabelecer, no território nacional, delegações ou quaisquer formas de representação, onde for julgado conveniente.

Artigo 3.º

Do objecto

A PRP tem por objecto contribuir para a prevenção dos acidentes de viação e para a redução das suas consequências, designadamente através de recomendações e outras acções apropriadas.

Artigo 4.º

Da actividade

Compete à PRP, nomeadamente:

- Promover acções de desenvolvimento da educação rodoviária;
- Coligir, sistematizar e analisar os dados disponíveis referentes ao trânsito rodoviário, não só no que se refere ao fenómeno em si, mas também aos múltiplos aspectos sociais que o determinam e condicionam, e bem assim diligenciar para que sejam criadas condições que permitam a obtenção de novos elementos de informação com vista a facultar um conhecimento tão próximo da realidade quanto possível;
- Elaborar, tendo em conta os conhecimentos obtidos através de análise da situação, um programa de segurança rodoviária, atendendo aos vários níveis em que se insere e aos vários aspectos de que se reveste;
- Elaborar estudos específicos, quer por iniciativa própria, quer por solicitação de outrem, recorrendo à colaboração externa quando tal se torne necessário, ou por qualquer modo se justifique, sob os diversos aspectos do trânsito rodoviário, especialmente aqueles que assumem maior importância para a segurança;
- Promover a preparação, aperfeiçoamento e actualização de técnicos de segurança rodoviária nas técnicas mais modernas, através de cursos e seminários, de modo a satisfazer as necessidades específicas no sector nos seus múltiplos aspectos;

- Conceber, executar, colaborar na execução e por todas as formas fomentar as acções tendentes a evitar acidentes rodoviários e a reduzir a gravidade das suas consequências, nomeadamente no âmbito da formação e informação dos utentes do ordenamento do trânsito e da promoção da melhoria das condições de segurança da infra-estrutura, dos equipamentos e dos veículos, tendo sempre em conta a investigação prévia e a avaliação da eficácia;
- Conceber, planificar e realizar campanhas de informação e divulgação tendentes a dar a conhecer, nomeadamente a peões e condutores, recomendações e a fazer chamadas de atenção para pontos específicos do comportamento na estrada;
- Promover, em colaboração com entidades ligadas ao sector automóvel, acções de formação sobre técnicas e regras de condução, designadamente dirigidas a jovens, bem como organizar acções específicas de formação recorrente para condutores idosos ou que tenham estado envolvidos em sucessivos acidentes.

Artigo 5.º

Colaboração com outras entidades

A PRP poderá, no âmbito dos seus objectivos, colaborar com quaisquer outras entidades, públicas ou privadas, com vista à obtenção, no domínio da circulação rodoviária, de uma política de prevenção global e coerente podendo dar e receber apoios financeiros, logísticos ou técnicos inerentes à concretização de tais objectivos.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Artigo 6.º

Quem pode ser associado e suas categorias

- Podem ser associados da PRP todas as pessoas, singulares ou colectivas, interessadas, directa ou indirectamente, na prevenção dos acidentes de viação e na redução das suas consequências.
- Existem as seguintes categorias de associados:
 - Colectivos Nível A: Pessoas colectivas que solicitem a sua adesão e que se comprometam ao pagamento de uma quota anual de 3750 euros (três mil setecentos e cinquenta euros);
 - Nível B: Pessoas colectivas que solicitem a sua adesão e que se comprometam ao pagamento de uma quota anual de 1875 euros (mil oitocentos e setenta e cinco euros);
 - Colectivos Nível C: Pessoas colectivas que solicitem a sua adesão e que se comprometam ao pagamento de uma quota anual de 750 euros (setecentos e cinquenta euros);
 - Singulares: Pessoas singulares que solicitem a sua adesão e que se comprometam ao pagamento de uma quota anual de 37,50 euros (trinta e sete euros e cinquenta cêntimos);

- e) Singulares Jovens: Pessoas singulares, com idade igual ou inferior aos 30 anos, que solicitem a sua adesão e que se comprometam ao pagamento de uma quota anual de 12 euros (doze euros);
- f) Honorários: Pessoas singulares ou colectivas que como tal sejam declaradas pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Geral ou de, pelo menos, 10% dos associados inscritos, as quais ficam isentas do pagamento de quotas.

3 - Os valores de quota referidos no número 2 deste artigo são anualmente actualizados automaticamente pelo valor da taxa de inflação apurada pelo Banco de Portugal referente a Dezembro de cada ano, e podem ser reduzidos por deliberação da Assembleia Geral.

4 - A Assembleia Geral pode, sob proposta do Conselho Geral, criar outras categorias de associados, nomeadamente, promover a participação das camadas mais jovens nos objectivos da prevenção.

Artigo 7.º

Direitos dos associados

1 - São direitos dos associados, em geral:

- a) Utilizar os serviços da PRP, nas condições estabelecidas no Regulamento;
- b) Frequentar as suas instalações;
- c) Receber, gratuitamente ou a preço especial, as publicações;
- d) Possuir documentos de identificação.

2 - São direitos especialmente reconhecidos a todos os associados:

- a) Solicitar pareceres técnicos sobre medidas e acções de segurança rodoviária que pretendam implementar;
- b) Solicitar elementos sobre segurança rodoviária, em condições a estabelecer pelo Conselho de Direcção;
- c) Propor que a Associação estabeleça acordos para a realização de campanhas de segurança rodoviária, de intercâmbio de serviços ou de informações;
- d) Confiar à Associação a elaboração de estudos relacionados com o trânsito e segurança rodoviária de acordo com as condições previamente definidas pelo Conselho de Direcção;
- e) Dispor de condições especiais no pagamento de serviços a serem prestados pela PRP;
- f) Usar a menção «Associado da PRP» e o logótipo da Associação em campanhas de comunicação e imagem;
- g) Eleger e ser eleito para os órgãos sociais;
- h) Ser convidados como patrocinadores em acções com a PRP.

3 - São, ainda, direitos especialmente reconhecidos aos associados colectivos de Nível A:

- a) Promover reuniões nas instalações da Associação, destinadas ao tratamento de questões ligadas ao sector profissional em que actua e com reflexos na segurança rodoviária, sob a égide e com o apoio de técnicos dos serviços da PRP;
- b) Ser consultado com carácter de prioridade em termos de parceria em acções desenvolvidas pela PRP.

Artigo 8.º

Deveres dos associados

São deveres dos associados:

- a) Pagar, atempadamente, as respectivas quotas;
- b) Prestar todo o auxílio e colaboração nas actividades da PRP;
- c) Observar e respeitar todas as resoluções dos órgãos sociais da PRP, desde que conformes à lei e aos Estatutos;
- d) Fornecer os elementos que lhe sejam solicitados, que não se possam considerar confidenciais, e sejam necessários à actividade da PRP;
- e) Exercer os cargos sociais para que sejam eleitos, salvo razões ponderosas, a apreciar pela Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 9.º

Perda da qualidade de associado

1 - A qualidade de associado pode ser perdida:

- a) Por demissão;
- b) Pelo não pagamento de quotas por um período superior a dois anos;
- c) Pela perda da personalidade jurídica, no caso de se tratar de pessoas colectivas, e pelo falecimento no caso de se tratar de pessoas singulares;
- d) Pelo incumprimento manifestado culposamente de obrigações estatutárias ou regulamentares ou por atitudes que de, algum modo, prejudiquem os interesses da PRP.

2 - A perda da qualidade de associado em consequência dos factos previstos nas alíneas b) e d) do número anterior resulta de deliberação do Conselho Geral.

3 - Das deliberações do Conselho Geral emanadas ao abrigo do disposto no número anterior cabe recurso, a interpor no prazo máximo de 30 dias a contar da notificação da decisão recorrida, para uma Assembleia Geral Extraordinária, salvo se a Assembleia Geral Ordinária reunir antes de 90 dias.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 10.º

São órgãos sociais da PRP:

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Conselho Geral;
- c) O Conselho de Direcção;
- d) O Conselho Fiscal.

SECÇÃO II

Da Assembleia Geral

Artigo 11.º

Composição da Assembleia Geral

A Assembleia Geral é composta por todos os associados da PRP.

Artigo 12.º

Mesa da Assembleia Geral

1 - A Mesa da Assembleia Geral, eleita quadrienalmente, é composta por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário.

2 - Compete à Mesa da Assembleia Geral, para além das normais competências, receber, verificar e divulgar pelos associados, as listas para os corpos sociais, nos dois dias seguintes à sua recepção.

Artigo 13.º

Reuniões ordinárias

1 - A Assembleia Geral reúne, ordinariamente, uma vez por ano, até 31 de Março, para:

- a) Apreciar, discutir e votar o relatório e contas do exercício anterior;
- b) Tomar conhecimento do Programa de Actividades anual que lhe seja apresentado pelo Conselho Geral;
- c) Decidir dos recursos a que se refere a alínea f) do artigo 17.º.

2 - A Assembleia Geral reúne ainda, ordinariamente, sempre que seja necessário proceder à eleição dos órgãos sociais ou prover o preenchimento de vagas que se venham a verificar nestes, sendo, para tal, convocada pela Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 14.º

Reuniões extraordinárias

A Assembleia Geral reúne extraordinariamente, por convocação da Mesa da Assembleia Geral:

- a) Por deliberação da própria Mesa da Assembleia Geral;
- b) A solicitação do Conselho Geral;
- c) A requerimento de um conjunto de associados que representam, pelo menos, 10 % do total de votos.

Artigo 15.º

Convocação da Assembleia Geral

1 - A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da Mesa, por escrito, a todos os associados, indicando a ordem de trabalhos, com a antecedência mínima de 10 dias de calendário, salvo casos em que o Conselho Geral considere de convocatória urgente, em que a referida antecedência, é de 2 dias úteis.

2 - A Assembleia Geral para eleição de corpos sociais é convocada com a antecedência mínima de 20 dias de calendário, devendo as listas ser apresentadas à Mesa da Assembleia Geral, com dez dias de antecedência.

Artigo 16.º

Funcionamento da Assembleia Geral

A Assembleia Geral pode funcionar em primeira convocação, desde que nela se encontre representada a maioria do número de votos, contados conforme disposto no artigo 19.º; no entanto, funcionará com qualquer número de associados presentes decorrida trinta minutos sobre aquela para que estava marcada, condição essa que deve ser expressamente indicada na convocatória.

Artigo 17.º

Competências da Assembleia Geral

Compete à Assembleia Geral:

- a) Eleger, em sistema de listas fechadas, apresentadas no mínimo, por 10 % dos votos respeitantes aos associados existentes, a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Geral e o Conselho Fiscal;
- b) Destituir individual ou colectivamente os membros dos órgãos que lhe cabe eleger;
- c) Apreciar, discutir e votar o relatório e contas da PRP, a apresentar anualmente pelo Conselho Geral, com o parecer do Conselho Fiscal;
- d) Alterar, sob proposta do Conselho Geral, os valores das quotas a pagar pelos associados;
- e) Alterar os Estatutos;
- f) Decidir dos recursos a que lhe sejam submetidos nos termos do número 3 do artigo 9.º;
- g) Deliberar sobre a dissolução e liquidação da Associação;
- h) Delinear sobre quaisquer outros assuntos para que tenha sido convocada.

Artigo 18.º

Representação dos Associados

Os associados podem fazer-se representar em Assembleia Geral e exercer os seus direitos de voto através de outro associado, mediante simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Artigo 19.º

Contagem de votos

1 - Os associados Colectivos Nível A têm direito ao número de votos encontrados através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Número de votos} = 10 + \frac{A^*}{10}$$

2 - Os associados Colectivos Nível B têm direito ao número de votos encontrados através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Número de votos} = 05 + \frac{A^*}{10}$$

3 - Os associados Colectivos Nível C têm direito ao número de votos encontrados através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Número de votos} = 02 + \frac{A^*}{10}$$

4 - Os associados singulares e singulares jovens têm direito ao número de votos encontrados através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Número de votos} = 01 + \frac{A^*}{10}$$

5 - Os associados honorários têm direito a um voto.

6 - Nenhum associado pode representar, na votação global, mais do que 10 % dos votos totais, nem representar mais de 20 % dos associados presentes, em Assembleia Geral.

* sendo A o número de anos completos de associado referente a 1 de Janeiro do ano corrente.

Artigo 20.º

Votação secreta

A votação será secreta sempre que 10 % dos votos dos Associados presentes o solicitem.

SECÇÃO III

Do Conselho Geral

Artigo 21.º

Composição

1 - O Conselho Geral é composto por um Presidente, um Vice-presidente e sete vogais eleitos pela Assembleia Geral de entre os seus associados.

2 - As listas a apresentar a escrutínio indicam, expressamente, quem exerce o cargo de Presidente e de Vice-presidente.

3 - O mandato do Conselho Geral é de 4 anos.

Artigo 22.º

Competência do Conselho Geral

Compete ao Conselho Geral:

- a) Aprovar os Planos Quadrienais de Actividades;
- b) Aprovar anualmente o Programa de Actividades;
- c) Aprovar o Orçamento Anual e suas alterações;
- d) Apreciar e apresentar à Assembleia Geral o Relatório de Contas referente ao exercício anterior;

- e) Apresentar à Assembleia Geral propostas de alteração aos Estatutos;
- f) Propor à Assembleia Geral o regime de quotas mínimas a pagar pelos associados;
- g) Admitir os associados e excluí-los, de harmonia com o disposto no número 2 do artigo 9.º, sob proposta do Conselho de Administração;
- h) Propor à Assembleia Geral a atribuição da qualidade de associado honorário;
- i) Adquirir, vender, hipotecar, trocar ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos e bens imóveis, sob proposta do Conselho de Direcção;
- j) Nomear e exonerar o Conselho de Direcção;
- k) Nomear e exonerar o Director-geral.

Artigo 23.º

Reuniões do Conselho Geral

1 - O Conselho Geral reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo seu Presidente.

2 - As deliberações são tomadas por maioria, cabendo ao Presidente voto de qualidade em caso de empate.

3 - Das reuniões é lavrada acta.

SECÇÃO IV

Do Conselho de Direcção

Artigo 24.º

Composição

O Conselho de Direcção é composto pelo Presidente, por um Vice-presidente e por um Vogal, que é o Director-geral da Associação.

Artigo 25.º

Deveres do Conselho de Direcção

São obrigações do Conselho de Direcção, para além das suas competências normais de gestão:

- a) Elaborar e submeter à apreciação do Conselho Geral os Planos Quadrienais de Actividades e anualmente o Programa de Actividades;
- b) Elaborar e submeter à apreciação do Conselho Geral, o Orçamento Anual e suas alterações;
- c) Elaborar e submeter à apreciação do Conselho Geral, anualmente o Relatório de Contas referente ao exercício anterior;
- d) Representar a PRP, em juízo ou fora dele, activa e passivamente, e seguindo quaisquer acções, com poderes para confessar, desistir, transigir ou comprometer-se em arbitragens;
- e) Representar a PRP junto de quaisquer entidades nacionais ou estrangeiras;

- f) Propor ao Conselho Geral a aquisição, venda, hipoteca, troca ou qualquer outra forma de alienação ou oneração de bens imóveis;
- g) Adquirir e vender os bens móveis necessários a prossecução das acções da Associação;
- h) Dar de arrendamento os bens imóveis pertencentes à Associação;
- i) Tomar de arrendamento os bens imóveis necessários ao desenvolvimento das actividades da Associação;
- j) Decidir acerca das admissões, promoções, reclassificações, suspensões e demissões;
- k) Entregar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sempre que este o solicitar, a listagem de votos a que cada associado tem direito, com referência de 30 dias antes de cada Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 19.º.

Artigo 26.º

Reuniões

1 - O Conselho de Direcção reúne, pelo menos, duas vezes por mês, ou sempre que seja convocada pelo Presidente ou pela maioria dos seus membros.

2 - As deliberações são tomadas por maioria, cabendo ao Presidente voto de qualidade em caso de empate.

3 - Das reuniões são lavradas actas.

Artigo 27.º

Competência

1 - O Conselho de Direcção pode delegar poderes nos seus membros ou em dirigentes dos serviços da Associação.

2 - As delegações de poderes devem ser feitas de forma expressa, delimitadas no tempo e na amplitude da delegação.

SECÇÃO V

Do Conselho Fiscal

Artigo 28.º

Composição

O Conselho Fiscal é composto por 3 membros, eleitos pela Assembleia Geral.

Artigo 29.º

Competências

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer sobre o Relatório e Contas e sobre quaisquer outros assuntos que sejam submetidos à sua apreciação pelos restantes órgãos sociais;
- b) Verificar as contas da PRP trimestralmente e sempre que o entenda necessário;
- c) Vigiar pelo cumprimento das disposições estatutárias.

Artigo 30.º

Reuniões

1 - O Conselho Fiscal reúne, obrigatoriamente, trimestralmente, e sempre que seja convocado pelo respectivo Presidente ou pelo Conselho Geral.

2 - O Presidente do Conselho Fiscal ou qualquer dos seus membros assiste obrigatoriamente às reuniões do Conselho Geral destinadas à aprovação do Orçamento Anual, do Programa Anual de Actividades e do Relatório e Contas.

Artigo 31.º

Comissão de retribuições

Os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Geral e do Conselho Fiscal integram a Comissão de Retribuições, à qual compete definir os níveis de remuneração do Conselho de Direcção.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA PRP

Artigo 32.º

Do Director-geral

1 - A Associação tem um Director-geral cujas funções deverão ser definidas, para cada mandato, pelo Conselho de Direcção do qual fará parte.

2 - O Director-geral exerce as suas funções em regime de Comissão de Serviço, por períodos de 4 anos.

CAPÍTULO V

DAS RECEITAS

Artigo 33.º

Proveniência das receitas

Constituem receitas da PRP:

- a) As quotas dos associados;
- b) As importâncias cobradas pelos serviços prestados;
- c) Subsídios e donativos provenientes de entidades públicas ou privadas;
- d) Os juros provenientes das disponibilidades próprias;
- e) Quaisquer outras receitas que lhe sejam atribuídas por lei, acto ou contrato;
- f) Quaisquer rendimentos provenientes de sociedades por ela participadas.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34.º

Ano Social

O ano social coincide com o ano civil.

Artigo 35.º

Representação das pessoas colectivas em cargos sociais

1 - As pessoas colectivas candidatas ao desempenho de cargos nos órgãos sociais da Associação deverão, antes das eleições, indicar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral os seus representantes para o desempenho desses cargos, a fim de se elaborarem as listas a submeter à Assembleia Geral.

2 - As pessoas designadas para o exercício de cargos sociais, exercem-nos através do seu representante formalmente designado junto da PRP, podendo proceder livremente à sua substituição.

3 - Se não for indicado no prazo de 30 dias substituto para representação de pessoa colectiva a quem caiba o exercício de cargo social, cujo representante inicial tenha renunciado, considera-se o cargo vago e proceder-se-á ao seu preenchimento mediante cooptação.

Artigo 36.º

Quem obriga a Associação

A PRP obriga-se:

- a) Pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Direcção;
- b) Pela assinatura de um mandatário, no âmbito dos poderes do mandato respectivo.

Artigo 37.º

Dissolução

1 - A dissolução da PRP só pode ser deliberada por maioria de 3/4 do número de votos de todos os associados expressos em Assembleia Geral especificamente convocada para o efeito.

2 - Em caso de dissolução, os bens remanescentes depois de liquidados todos os compromissos da Associação, reverterem para os associados.

PUBLICAÇÕES na **Toponímia de Lisboa**



Engenheiros na Toponímia de Lisboa

Joaquim Moura Esteves
Comissão Municipal
de Toponímia, 1997

a Mulher na Toponímia de Lisboa

Luís da Silveira Botelho
Comissão Municipal
de Toponímia, 1998

os Actores na Toponímia de Lisboa

Mário Jacques e Silva Heitor
Comissão Municipal
de Toponímia, 2001

À venda na Livraria Municipal
Av. da República n.º 21-A – 1050-185 Lisboa
Telef. 21 353 05 22 Fax 21 315 94 69
Horário: Dias úteis, das 9h às 18h

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 800

Assinatura Semestral: € 58,24 Assinatura Anual: € 116,48

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

*Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Divisão de Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa Telef. 21 816 14 20 Fax 21 812 00 36 E-mail: imprensa.municipal@cm-lisboa.pt*